O REFERENCIAL

Suplemento

HISTÓRIA DE UMA CONSPIRAÇÃO

PUBLICAÇÃO EXCLUSIVA DE TESTEMUNHOS INÉDITOS
DE QUEM PREPAROU O 25 DE ABRIL

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º149 | ABRIL – JUNHO 2023

O REFERENCIAL SUMÁRIO

CAPA: imagem criada por Henrique Cayate para assinalar o 50.º aniversário da Conspiração

1 EDITORIAL

2 A CONSPIRAÇÃO

A história de uma conspiração, Vasco Lourenço | **4**

Sete anos antes do 25 de Abril eu vi uma luz ao fundo do túnel, Avelino Rodrigues | **75**

O movimento da esperança, José da Costa Neves | **112**

Rumo à cidade sem muros nem ameias, Luísa Tiago de Oliveira | **128**

EDITORIAL

ANICETO AFONSO

Na continuação de experiências anteriores, publicamos agora O Referencial 149 – Suplemento, apenas em suporte digital. É uma aposta que nos parece adequada e proveitosa, e que, tanto quanto possível, continuaremos a utilizar.

Desta vez, temos quatro textos relativos ao dossiê sobre A Conspiração, dois que são as versões completas das sínteses publicadas no respetivo número d' O Referencial, da autoria do coronel Vasco Lourenço e do jornalista Avelino Rodrigues, e dois novos textos da autoria do major-general José Costa Neves e da historiadora Luísa Tiago de Oliveira. Para todos, vai o nosso reconhecimento pelas suas indispensáveis memórias e reflexões, que muito enriquecem o nosso conhecimento sobre o processo da conspiração que conduziu ao 25 de Abril de 1974.

Mais uma vez, desejo afirmar a todos os que o desejarem que continuaremos a publicar os testemunhos de protagonistas e estudiosos deste decisivo período da nossa história recente que conduziu ao dia inicial inteiro e limpo e que permitiu a inolvidável mensagem de que "A festa está na rua".

O nosso apelo de participação é dirigido a todos os associados e a todos os amigos que desejem colaborar connosco.

ANICETO AFONSO, Diretor de O Referencial

HISTÓRIA DE UMA CONSPIRAÇÃO

VASCO LOURENÇO*

Decidiu, e bem, a direção de *O Referencial* tratar o tema "A Conspiração", quando passam 50 anos sobre as movimentações que nos levaram ao "dia inicial inteiro e limpo"!

Para essa finalidade, foi-me pedido que fizesse uma síntese dessa caminhada, rápida e intensa, que criaria as condições para que a operação "Viragem Histórica" (ou "Fim do Regime") tivesse sucesso.

É isso que, enquanto responsável maior dessa caminhada, tentarei reproduzir, tendo em consideração que o espaço não me permite escrever um tratado.

Terei de resumir bastante a descrição do que aconteceu, encarando este texto como um enquadramento de muitos outros textos, nomeadamente livros, já publicados e necessariamente consultáveis, para os que queiram recordar ou aprender a verdadeira saga que os chamados Capitães de Abril viveram e desempenharam, durante o escasso tempo de um ano das suas vidas.

Muito naturalmente, concentrar-me-ei na minha experiência pessoal, nada mais natural, pois quando alguém escreve sobre a sua própria experiência, natural se torna que apareça no centro dos acontecimentos. Foi isso que aconteceu com outros -

nomeadamente o Otelo e o Dinis de Almeida - continuo a compreendê-los e justificá-los. Conto com a benevolente compreensão dos que lerem este trabalho.

Congresso dos Combatentes

Marcado para os dias 1 a 3 de Junho de 1973 no Porto, o I Congresso dos Combatentes transformar-se-ia no motivo que levaria muitos oficiais do Exército a abrir os olhos para a realidade político-militar que se vivia em Portugal. O que me leva a considerar que, face à contestação a que foi sujeito, se possa afirmar que aí começou como que uma "pré-conspiração"!

Regressado da Guiné, em Junho de 1971, imbuído de três sentimentos contraditórios - ***satisfação***, por me ter sentido realizado como homem e militar, face ao meu posicionamento na guerra, com a obtenção de resultados operacionais extraordinários; ***revoltado***, por ter percebido que estava a ser utilizado pelo poder político, para se manter uma guerra injusta e sem sentido, decisiva para suportar um regime repressivo e ditatorial; ***decidido*** a não regressar à guerra e a tentar servir-me da minha condição de militar, para dar "o piparote" nos ditadores, ajudar ao fim da guerra e à construção da democracia - andava eu, depois de adquirir a especialidade de Criptólogo, que me permitia estender o tempo de permanência nas fileiras, antes da tomada de decisão radical (o pedido de demissão de oficial aceite, ou deserção), quando à minha unidade, o BRT, vai o major Duarte Rui Lemos Fontoura, da CHERET, convoca uma reunião de oficiais e nos confronta com uma situação *sui generis* e kafkiana:

1. Estava a ser organizado um Congresso de Combatentes.
2. Sabia-se que a principal conclusão a ser aprovada consistia em que "a solução da guerra é militar, há que reforçar o esforço de guerra".
3. Os organizadores haviam conseguido que - face à mobilização que alguns oficiais (nomeadamente na Guiné) estavam a fazer para que se fosse ao Congresso defender a tese de que a solução da guerra é, tem de ser, política - os oficiais do Quadro Permanente fossem proibidos de participar no Congresso.
4. Isso dera origem a que os oficiais que defendiam a tese da "solução política" se organizassem e promovessem a recolha de assinaturas, para uma breve declaração: ***declaro não ter nada a ver com as conclusões que vierem a ser aprovadas no I Congresso dos Combatentes, a realizar nos dias 1 a 3 de Junho, na cidade do Porto.***

"A minha vinda aqui é pedir-vos que subscrevam essa declaração".

De imediato, perguntei ao Lemos Fontoura: "quem constitui a Comissão"?

À sua resposta – ao constatar que referia Ramalho Eanes, Firmino Miguel, Carlos Fabião e Dias de Lima – contestei: "diz ao Eanes que, a partir de agora, há mais um elemento para angariar assinaturas. Podes ir, que eu tratarei da recolha aqui no BRT".

Foi assim que me esqueci da vontade de "sair da tropa" e angariei mais de 10% das assinaturas recolhidas (48 de 430). Sem saber que o Ramalho Eanes, após o contacto por mim estabelecido com ele na Academia Militar, onde prestava serviço, diria aos seus parceiros na Comissão: "não sei se conhecem o capitão Vasco Lourenço; tenho a dizer-vos que ele entrou no processo e

isto agora não pára mais, que ele não deixa”! (episódio que o Carlos Fabião me contaria algum tempo depois do 25 de Abril).

E não parou mesmo!

Face ao esvaziamento do Congresso, provocado pelo envio do telegrama, onde se informava que “430 oficiais do QP não reconheceriam quaisquer conclusões que fossem aí aprovadas”, os organizadores do mesmo e os seus mentores e suportes, de que se destacavam o governo e as chefias militares, “meteram a viola no saco”, colocaram “o rabo entre as pernas” e não fizeram nada.

Não houve qualquer retaliação, qualquer ação disciplinar, para com os autores do flagrante acto de indisciplina.

Foi aí que me integrei na alargada Comissão organizadora do protesto e comecei a participar em reuniões, a maior parte delas em minha casa, no Estoril.

Andávamos discutindo “que fazer, com esta força que temos, se nos unirmos e organizarmos, mas de que não nos apercebíamos? Criação de uma associação, tomada do poder na Cooperativa Militar"?...

Quando o ministro do Exército, Sá Viana Rebelo, nos dá a arma de que precisávamos: a publicação de um decreto-lei (353/73), que criava enormes problemas de natureza corporativa (algum tempo depois, numa das inúmeras reuniões do Movimento dos Capitães, havia de manifestar a minha opinião de que “um dia, teremos de erguer uma estátua ao Sá Viana Rebelo” - mais conhecido por “meia nau”).

As reações ao decreto não se fizeram esperar:

1. Arranjaram-se duas “chocas” e fizeram-se perto de 200 exposições, onde se contestava o 353/73.
2. No IAEM, aproveitando a visita do diretor do Serviço de Pessoal do Exército, o curso de majores apresentou-lhe um memorando contestatário e reivindicativo.
3. Na Guiné, 52 oficiais subscreveram um documento da mesma natureza e enviaram-no aos máximos dirigentes políticos e militares.

Toma-se conhecimento que a contestação se alarga a todos os locais onde havia oficiais do QP do Exército, nomeadamente a Angola e Moçambique.

Pressionado, o governo recua, promulgando novo decreto (409/73), onde retira dos “atingidos pela sua ultrapassagem nas antiguidades” os oficiais superiores. Como que num estertor, os responsáveis políticos do Exército ameaçam punir os signatários da exposição, primeira acção colectiva concretizada "no papel". Daqui, da Metrópole, sai imediatamente uma iniciativa de apoio e solidariedade aos oficiais ameaçados na Guiné. Mais uma vez, o Poder "meteu a viola no saco"...

Nas movimentações em que, entretanto, me envolvi, onde conheci alguns oficiais de outras armas, promovemos então, sob a minha coordenação, a constituição de uma comissão organizadora de uma reunião alargada, onde apenas admitiríamos a presença de capitães e subalternos (Vasco Lourenço, Dinis de Almeida, Carlos Camilo, Carlos Clemente, Bicho Beatriz e Rosário Simões).

E, num processo de mobilização interna, que se estendeu a todo o país, lá fomos para Évora, onde seríamos encaminhados para o Monte Sobral em Alcáçovas (na imagem).

Foi a 9 de Setembro de 1973 que 136 capitães e subalternos se reuniram e deram origem ao Movimento dos Capitães.

Não vou aqui recordar todos os pormenores do que aconteceu, onde o aparecimento dos Generais comandante e segundo-comandante da Região Militar de Évora no Templo de Diana, local de encontro dos que responderam à chamada, acompanhado por um oficial bufo, nos alertou para as nossas vulnerabilidades em termos de segurança.

Desde logo ficou claro, como se confirmaria posteriormente, que o encontro teve "três grupos" de participantes:

1. Os que estavam ali, por razões corporativas (maioritário, inclui vários oficiais que posteriormente se não envolveram no 25 de Abril).
2. Os que foram "Maria vai com as outras", por que a camaradagem e a juventude os empurravam para uma confraternização (poucos, no futuro também se não envolveriam a sério no processo do 25 de Abril).
3. Os que sentiam que os decretos eram secundários, mas que deveriam ser aproveitados para mobilizar e "abrir os olhos" a muitos, no sentido dos verdadeiros problemas do País, incluindo das Forças Armadas (grupo indistinto, onde eu me situo, às "apalpadelas", viria a envolver-se em pleno no 25 de Abril).

A reunião seria determinante no evoluir da caminhada até Abril, mas, pessoalmente, não posso deixar de recordar o aí acontecido e que classifico como *o primeiro momento de perigo*, dos vários que haveríamos de viver e enfrentar na Conspiração: A defesa, como acção imediata a desenvolver, de *uma manifestação pública, na Avenida da Liberdade em Lisboa, com o uniforme número um e condecorações.*

Não foi fácil, face à quantidade dos que defenderam a realização da manifestação, derrotar essa versão, optando-se pela solução que permitiu chegarmos à vitória do 25 de Abril. A questão de fundo foi colocada na ausência de prestígio das Forças Armadas junto da população portuguesa - além de o sentirmos no dia a dia (andar fardado na rua era uma aventura) - o próprio decreto em causa serviu-nos de arma de arremesso, face à descredibilização que resultava de os oficiais passarem a poder ingressar no

Q.P. com um curso de dois semestres, ao contrário dos quatro anos exigidos até ali.

Isso permitiu, ainda, que com algumas reticências por parte dos que defendiam "acção já", que tivesse sido aprovado e dali saísse como objetivo do Movimento ***a recuperação do prestígio das Forças Armadas, junto da população portuguesa.***

Objetivo que nos serviria de instrumento de mobilização e recrutamento para o Movimento - quem é que poderia admitir não querer que as Forças Armadas estivessem prestigiadas, perante a Nação? -, mas também de instrumento de camuflagem, perante as autoridades políticas e militares (quantas vezes utilizei esse argumento, para justificar as reuniões que fazíamos, nomeadamente perante o Subsecretário de Estado do Exército, Coronel Viana de Lemos, e o Chefe de Estado Maior da RML, Coronel Matos Duque).

Estratégia que funcionou, podendo resumir-se em três rápidas etapas, o percurso que nos levaria ao 25 de Abril:

1. Constatado o desprestígio, pergunta-se "***porquê***? Nós até vamos à guerra! Porquê, o desprestígio?"

A resposta foi fácil: "***porque a população nos encara como os responsáveis pelo suporte de um regime opressivo, que impõe uma guerra sem sentido e sem fim à vista"!***

2. Sendo assim, ***que fazer***?

Resposta, igualmente fácil: "***deixar de ser o suporte desse regime***" ...

3. Mas, ***como***? é a pergunta final.

Fazendo um golpe de Estado; abrindo as portas à Liberdade, terminando com a ditadura; criando condições para resolver a questão da guerra colonial, fazendo a Paz; criando condições para construir a Democracia, a caminho de uma sociedade mais justa, igual e solidária.

E, pouco mais de sete meses após Alcáçovas, menos de um ano depois do Congresso dos Combatentes, o "milagre" aconteceu!

Até pode parecer que foi fácil.

Tudo acabou por correr bem, é natural que se possa pensar assim.

Mas, o facto é que não foi nada fácil.

Realizámos a melhor operação militar que alguma vez as Forças Armadas portuguesas fizeram, ao longo da sua história?

Fomos protagonistas de um feito único na história universal - sobressaindo do conjunto das Forças Armadas, que eram o sustentáculo de um regime ditatorial, que faziam uma guerra desde há 13 anos, em três frentes diferentes e bem longe de Portugal – libertando a Liberdade, derrubando a ditadura, fazendo a Paz e a Democracia e entregando o poder à sociedade portuguesa, democraticamente organizada?

É um feito que muito nos honra e de que muito nos continuamos a orgulhar.

E de que, apesar dos muitos agravos de que temos sido alvo durante estes 50 anos - não chega darem-nos palmadinhas nas costas e colocarem-nos como

cerejas em cima dos bolos, em épocas festivas e de comemoração - continuamos a considerar que "Valeu a pena"!

Mas, como não foi fácil e não acredito em milagres, aqui estou a tentar relembrar o percurso da Conspiração. Voltemos ao assunto.

Saídos de Alcáçovas, lançámos um movimento de adesões, inicialmente protagonizadas através da subscrição de declarações semelhantes à vinda da Guiné e à subscrita em Alcáçovas, cujo destino seria igual: a sua entrega ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros, ao Ministro do Exército e aos chefes militares.

Foram centenas as assinaturas recolhidas na Metrópole e nas Colónias (com destaque para Angola e Moçambique), o que fez pensar os responsáveis políticos e militares, quanto à força do Movimento dos Capitães. E, mais uma vez, os paralisou...

De salientar a atitude de apoio aos Capitães, da parte do CEMGFA, General Costa Gomes, o que o transformou no chefe militar mais prestigiado junto dos oficiais do Exército.

A primeira preocupação que então tivemos consistiu no alargar o Movimento a todo o Exército. O que se justificava pelo facto de os contestatários aos decretos se concentrarem nas Armas Combatentes - Infantaria, Artilharia e Cavalaria - dado que os decretos só se aplicavam e esses oficiais.

Mas, se queremos mais um argumento para defender que a origem do Movimento dos Capitães não se radicou em razões corporativas, olhemos para o facto de os oficiais de Engenharia e de Transmissões (ainda não consideradas Armas Combatentes) e os de Administração Militar terem

desempenhado forte e relevante papel na acção do Movimento (o Serviço de Material, ainda que menos relevante, teria igualmente uma acção de alguma importância na Conspiração).

Igual ilação se poderá tirar relativamente aos oficiais do Corpo de Estado Maior do Exército, que forneceu ao Movimento alguns dos seus principais elementos. Basta ter presente o Vítor Alves, o Sanches Osório e o Franco Charais. Situação que seria sublimada com a participação no Movimento de alguns oficiais beneficiados pelos decretos (os mais tarde autodesignados de *Espúrios*), de que destaco o José Luís da Conceição Cardoso.

Alargado o Movimento, responsabilidade maior dos que pouco se preocupavam com os decretos, estávamos pensando no seu fortalecimento quando, de Angola, nos chega o Jorge Duarte de Almeida com uma proposta sugerida pelos oficiais em serviço naquela colónia: como era necessário criar estruturas de defesa do Movimento, havia que obter compromissos dos seus membros que fortalecessem a unidade e coesão do mesmo, dando aos seus principais activistas a garantia de que teriam solidariedade, caso fossem molestados pela sua militância.

No entanto, de nada serviria essa solidariedade se o Movimento não adquirisse uma arma poderosa, que fizesse os responsáveis políticos e militares pensarem mais que duas vezes, antes de encetarem qualquer retaliação aos seus dirigentes.

Foi nesse sentido que de Angola o Duarte de Almeida trouxe também a ideia de um pedido de demissão de oficial do Exército, através de uma subscrição - individual e coletiva - que, uma vez assinada, ficaria nas mãos da Comissão Coordenadora do Movimento.

Propostas que colidiam com a ideia surgida em Alcáçovas da manifestação na Avenida da Liberdade e que estava fazendo o seu percurso.

É aí que assumo pessoalmente, naturalmente apoiado pelos camaradas que comigo haviam organizado a reunião de 9 de Setembro, a necessidade de uma reunião alargada, onde se discutiriam as duas hipóteses de acção em confronto.

Reunião que organizei, convocando delegados das várias Unidades do País, onde o Movimento já existia, para quatro casas em locais diferentes na zona de Lisboa - Dinis de Almeida, no Rego; Rui Rodrigues, no Senhor Roubado; Antero Ribeiro da Silva, em Odivelas; Mário Mendoza Frazão, em Oeiras - e aí discutimos, simultaneamente, qual das opções a tomar: subscrição de um pedido individual de demissão de oficial do Exército; ou manifestação na Avenida da Liberdade, apoiada por uma greve de "braços caídos" nas Unidades?

Foram, em média, 15 oficiais que se reuniram em cada um dos locais, num total de cerca de 60, que representariam já duas a três centenas envolvidos no Movimento.

Estava a enfrentar o que considero o *segundo momento de perigo*, motivado pela repetição do que se vivera em Alcáçovas, agora agravado porque o número dos defensores do que eu comparei a uma tentativa de *parar um comboio em andamento, marrando de frente com ele*, aumentava exponencialmente.

O maior perigo da aprovação da solução "Manifestação" estava na EPI, Unidade com o maior número de membros do Movimento (chegou a atingir

42). Isso levou-me a incluir-me nos que reuniriam na casa de um deles, o Rui Rodrigues, para onde confluíram, naturalmente, os delegados dessa Unidade de Mafra.

E, aí, confesso sem qualquer arrependimento, pratiquei o que considero ter sido uma golpada (também confesso que considero ter sido a única golpada que cometi, em todo o processo, na Conspiração e no pós 25 de Abril, na sua consolidação).

Isto, porque, por mais divergências que tivesse tido com camaradas Capitães de Abril no complexo, duro, e até violento processo em que nos envolvemos até entregarmos o poder à sociedade portuguesa democraticamente organizada (Outubro de 1982), tenho orgulho em poder afirmar que assumi sempre uma postura vertical de lealdade e camaradagem com todos os meus companheiros do Movimento.

Mas, vejamos no que consistiu a golpada, que me permitiu ultrapassar o *segundo momento de perigo.*

Vendo que a solução da manifestação se estava a impor - a nossa prática democrática funcionou sempre, os meus seis votos pouco valiam perante os 40 da EPI, para não falar nos outros - pedi ao dono da casa que me deixasse utilizar o telefone (não havia telemóveis, o que neste caso funcionou positivamente...).

Telefonei então para os outros três locais de reunião e em todos eles se passou o mesmo:

- Como está aí a discussão?

- Ainda não decidimos, mas tudo aponta para a aprovação da manifestação.
- Vejam lá, decidam-se! Nós, aqui, já optámos pela solução do pedido de demissão.
- Sendo assim, espera um pouco que eu vou colocar o problema.
- Vai, que eu espero.
- Bem, dado que vocês já optaram pelo pedido de demissão, nós também optamos por isso.
- Obrigado, bom regresso!

Feitos os três telefonemas, obtidos os resultados que pretendia, voltei à sala onde decorria a reunião e:

- Vamos ver se nos decidimos! Acabei de obter a informação de que, nos outros três locais, já se decidiram pelo pedido de demissão.

- Bem, se assim é, o melhor será nós aqui também optarmos pelo pedido de demissão.

E foi assim que o Movimento criou aquilo a que chamei a nossa "Arma Nuclear".

Soubemos, algum tempo depois, quando já havíamos angariado mais de 700 pedidos de demissão, que Marcelo Caetano diria, facto que lembraria mais tarde no seu "Depoimento", que sentiu que estaria perdido, que o Movimento era imparável. Como soubemos também que o mesmo Marcelo Caetano terá afirmado "há que ter muito cuidado com os Capitães! São suficientemente novos, para não se deixarem comprar".

Lembro aqui que esta golpada ficou apenas do meu conhecimento, durante vários anos. Dinis de Almeida viria a escrever, no seu livro "Origens do MFA" que tudo apontava para se decidirem pela manifestação, quando chegou a informação de que nos outros locais já se optara pelo pedido de demissão, o que fez alterar o sentido da decisão na reunião onde ele estava.

Referi que Marcelo Caetano se mostrou descrente de que os Capitães se deixassem comprar. Isso não o impediu de o tentar fazer, o que, como veremos, nos criaria novos momentos de perigo.

O facto é que, realizadas "eleições", entre aspas porque fantoches, em 28 de Outubro, formado novo governo, a preocupação maior de Caetano foi a de tentar fazer frente ao Movimento dos Capitães, que ele sabia estar em marcha.

Como? Desde logo, nomeando novos responsáveis pelas pastas governativas da Defesa e das Forças Armadas, onde se salientou a nomeação do coronel Viana de Lemos, para Subsecretário de Estado do Exército. Tudo porque havia entre ele e o major Mariz Fernandes, que integrava a Comissão Coordenadora escolhida em Alcáçovas, uma forte ligação pessoal (um era chefe do outro, nos Serviços Cartográficos do Exército).

Nesse sentido, vamos assistir, até ao fim do ano, a algumas medidas:

- Imediata revogação dos decretos.
- Promoções de 200 oficiais, aos postos de coronel, tenente-coronel e major.
- Elevado aumento de vencimentos, com especial realce nos postos de coronel e capitão.

Foi aqui que aconteceu o que considero o *terceiro momento de perigo*, que deu origem à única ruptura que se deu no Movimento durante a Conspiração - entre os que não olhavam para os decretos como objetivo (liderados por mim) e os que só se haviam envolvido no Movimento, por razões corporativas de contestação aos decretos (liderados pelo Mariz Fernandes).

O facto é que este capitão, prestes a ser promovido a major, apareceu, numa reunião da Comissão Coordenadora em sua casa, ao Restelo, a propor que «dado que o governo nos vai fazer a vontade, vai revogar os decretos, nós devemos dar-lhe um "cheque em branco"».

Não foi fácil, nessa Comissão Coordenadora composta essencialmente por oficiais preocupados com os decretos, contestar essa atitude. Não ajudando nada que o Otelo, regressado há pouco tempo da Guiné e participando nessa reunião como outsider, tivesse apoiado a proposta do Mariz Fernandes, que teve igual apoio de um ultrarrevolucionário do pós 25 de Abril (para quem eu passei então a ser um reacionário), de seu nome Carlos Campos Andrada.

Não aceitando qualquer decisão, ainda que Mariz e os seus apoiantes tivessem considerado que a proposta fora aprovada por maioria, eu, o Dinis de Almeida e o Rosado da Luz (os únicos opositores da proposta, com o Mariz a clamar que eles não tinham direito a voto, pois não pertenciam à Comissão Coordenadora) declarámos logo ali que iríamos lutar para que isso se não consubstanciasse.

O que me levou de imediato a promover uma reunião das chamadas "Unidades com força", grupo que criáramos, onde eu não tinha cabimento (a minha unidade era o BRT) mas com quem tinha ótimas ligações.

Pedi aos oficiais da EPC, nomeadamente ao Correia Bernardo e ao Salgueiro Maia que convocassem essa reunião, encontrámo-nos (eu e o Otelo, que, entretanto, cativara para a minha posição) em Santarém e dirigimo-nos a Aveiras de Cima, para uma casa do pai do capitão Capão.

Depois de informar do que se passava, fui direto ao assunto: "preciso de saber se tenho o vosso apoio, na defesa da minha posição, que é "não há cheque em branco para ninguém! A questão não está nos decretos, está na recuperação do prestígio das Forças Armadas junto da população portuguesa, que só se pode adquirir através de um golpe de Estado militar. E isso, só nós o poderemos fazer"!

E, virando-me para os oficiais da EPC, continuei "e vocês terão um papel especial a desempenhar".

E, oficial de Infantaria, decidi provocar os camaradas cavaleiros "E, se tiverem necessidade, contem comigo para ir comandar uma Companhia".

Como Correia Bernardo recordou há anos num texto que escreveu, fez-se um silêncio enorme, rompido por Salgueiro Maia, que afirmou "Vasco, não precisamos de ti, para comandar um Esquadrão! Quando for necessário podes contar connosco, que estaremos prontos a cumprir a missão que nos couber."

Regressado a Lisboa, enquanto Salgueiro Maia rompia o silêncio vivido na sua viatura durante mais de 10 minutos com "vocês viram a criança que o Vasco nos pôs nos braços? E agora?" e ouvia o Correia Bernardo a dizer-lhe "agora, tu tratas do pessoal, que eu trato dos carros e, quando for necessário, estaremos em condições de responder", eu reafirmava ao Otelo, em plena

Avenida de Berna, tratando de mudar um pneu furado do meu carro, "isto só lá vai com um golpe de Estado", o que provocou nele uma exclamação espontânea "tu também pensas assim! O meu maior sonho é poder participar na libertação do meu povo!".

Como era natural, a situação precipitou-se e, poucos dias depois, a reunião por mim organizada - para as instalações da Academia Militar (Gomes Freire), porque o Hugo dos Santos nos garantia que o respetivo Comandante a autorizaria - foi gorada (o General Comandante chegara a pedir a alguns oficiais que convencessem o Hugo dos Santos a não lhe dar conhecimento do que andávamos a fazer, pois ele ver-se-ia obrigado a actuar), não se realizou, o que não impediu uma violenta discussão entre mim e o Mariz Fernandes.

Por um lado, ele acusava-me de que eu promovera uma reunião sem lhe dar conhecimento, por outro eu acusava-o de ele ter difundido uma circular a defender o "cheque em branco", ao que ele retorquiu que eu interviera e mandara suspender a sua distribuição.

Suportado na força obtida em Aveiras de Cima, como que "expulsei" o Mariz e as suas teorias - "Fica com o governo e os cheques em branco que lhes pretendes dar, que eu vou continuar a pugnar pela reposição do prestígio das Forças Armadas" - e logo nesse dia, numa reunião em casa do Dinis de Almeida, com a participação dos camaradas que tinham vindo do Porto, nos decidimos pela necessidade de promover a escolha de uma nova Comissão Coordenadora.

Estava assim ultrapassada a fase da intervenção, de alguma importância, dos oficiais preocupados apenas com as questões de natureza corporativa. Para

trás, ficariam inclusivamente as decisões tomadas numa reunião realizada por esses dias, com a constituição de uma Comissão Consultiva.

Como aconteceu durante toda a Conspiração, as pequenas reuniões dos principais responsáveis sucederam-se em catadupa, preparando as reuniões mais alargadas e, por isso mesmo, mais importantes.

Seguir-se-ia a realização de três das mais importantes reuniões de toda a Conspiração: 24 de Novembro, em S. Pedro do Estoril; 1 de Dezembro, em Óbidos; 5 de Dezembro, na Costa da Caparica.

Mas, antes de lembrar o que aconteceu em cada uma delas, importa ter presente as enormes dificuldades que os inúmeros obstáculos com que nos deparávamos - nós não estávamos a actuar isolados, forças contrárias se movimentavam também – e tivemos de enfrentar e ultrapassar.

Entretanto alargávamos o Movimento às Colónias, intensificando a inicial ligação à Guiné e aprofundando-a com Angola e Moçambique. No referente à colónia do Índico, em ligação com o capitão Aniceto Afonso, colocado no QG de Nampula, como responsável pelo Serviço de Reconhecimento das Transmissões, chegámos a criar um sistema de cifra próprio, que nos permitia correspondermo-nos com toda a segurança. Demos-lhe o nome de MOCA, resultante de Movimento «MO» e Capitães «CA».

Não deixa de ser interessante o facto de os criptólogos, teoricamente os oficiais de maior confiança do regime, terem constituído o núcleo principal da Conspiração.

Podemos afirmar, sem hesitações, que o BRT foi o QG da Conspiração, local onde foram criados e impressos quase todos os documentos difundidos no

Movimento dos Capitães. (O SRT tinha um estatuto especial, em que a correspondência oficial interna, entre as diversas dependências nas Unidades era feita a coberto do carimbo "só pode ser aberto pelo responsável cripto". Pois bem, grande parte da ligação entre os membros do Movimento, foi feita a coberto desta norma…).

Mas, como referi, o Movimento dos Capitães não actuava sozinho.

Puros e espúrios

Desde o início, como era de esperar, os beneficiados com os decretos não gostaram nada das nossas reacções. Reagiram de imediato e apenas a natural camaradagem entre os militares evitou consequências drásticas. Começaram por redigir um documento onde se autointitulavam de *Espúrios* e nos mimavam com o nome de *Puros.*

Criava-se assim a dicotomia entre os oficiais do QP oriundos de milicianos (Espúrios) e os oficiais do QP oriundos de cadetes da Academia Militar (Puros).

E, enquanto, os Puros continuavam a pugnar pela recuperação do prestígio das Forças Armadas junto da população - onde a entrada dos Espúrios nos quadros permanentes após um curso de dois semestres, em vez dos quatro anos exigidos aos Puros, era eximida por estes como mais um enorme instrumento de descrédito - os Espúrios agarravam-se aos benefícios resultantes dos decretos e proclamavam-se com direitos adquiridos.

A sua organização consolidar-se-ia igualmente e teria um ponto alto em 4 de Novembro de 1973, onde numa reunião em Porto de Mós escolheram uma Comissão Coordenadora, que emitiria de imediato um comunicado contestando a decisão do governo de revogação dos decretos.

Aí começou uma pequena guerra de comunicados, com os Puros a vestirem a camisa dos Milicianos, que foram conquistando para a sua causa, oficialmente a coberto da defesa do prestígio, mas nos bastidores com base na defesa de uma solução para a guerra e a ditadura.

Não deixa de ser interessante o comunicado então divulgado pelos Puros, "Dos Milicianos aos pseudo-milicianos"...

Importa aqui lembrar que este grupo (Espúrios) se manteria essencialmente interessado nas questões corporativas - as excepções, que as houve, foram poucas - tentando em 20 de Fevereiro, após António Spínola assumir o cargo de VCEMGFA, obter o apoio incondicional deste General para a sua causa.

Esta situação, onde Spínola procurava ter boas relações com os dois grupos, levaria a uma tentativa de acordo entre Puros e Espúrios. Que se consubstanciou numa reunião efectuada antes da grande reunião de 5 de Março. Realizada em 1 de Março, seria a única reunião importante da Conspiração em que não participei, devido a estar retido em casa com uma grande constipação. Ausência que estaria na origem de equívocos importantes, com os Espúrios a afirmarem que os Puros, através do Hugo dos Santos, haviam aceite tudo o que os decretos continham. E, naturalmente, com os Puros a afirmarem que, se isso acontecera, se tratava de um claro abuso do Hugo, em virtude de tal constituir uma impossibilidade. Com ou sem compromisso, o facto é que se criou uma aparente aliança entre

os dois grupos, permitindo a participação dos Espúrios na importante reunião de 5 de Março em Cascais, organizada pelo Movimento, logo pelos Puros.

Reunião onde se assumiriam as decisões que nos levariam ao derrube da ditadura.

Importa salientar, no entanto, no desenrolar dessa reunião, a desesperada tentativa dos Espúrios na defesa de Spínola para chefe principal da ação militar aí decidida, através da proposta da não necessidade de um programa político – "caberia ao chefe (assumidamente, Spínola) dizer 'como é que é", foi a posição que aí assumiram, radicalmente vencida.

Derrotados em toda a linha em Cascais (apenas conseguiram que Spínola fosse escolhido para número dois de Costa Gomes), não desistiram e puseram a circular, ao arrepio do Movimento, um abaixo-assinado de apoio incondicional ao "homem do monóculo".

Envolvidos em cheio na espúria tentativa do 16 de Março de 1974 (Espúria, apesar do envolvimento de alguns membros do Movimento dos Capitães, nomeadamente o Otelo e o José Maria Moreira de Azevedo), a derrota das forças saídas do RI5 das Caldas da Rainha, leva a maior parte deles à prisão e faz com que sejam poucos os que efetivamente actuam na operação "Viragem Histórica" (pode dizer-se, sem receio de se errar, que os Espúrios do RC3 de Estremoz "Salvaram a honra do convento"). Lamentavelmente, assistiríamos, depois de Abril, a declarações de Spínola, apoiadas por muitos dos seus apaniguados, que "o 16 de Março fora boicotado pelos comunistas do MFA, porque pretendiam, e conseguiram, afastar os não comunistas, que eram precisamente os seus apoiantes". Comentários, para quê? É apenas

mais uma das "pérolas" do "homem do monóculo" e dos seus cegos seguidores...

Acção da hierarquia militar

Como atrás referi, as chefias militares seguiram a atitude do governo que, após as eleições de 28 de Outubro de 1973, tentou esvaziar o Movimento. Fizeram-no a medo, sem determinação, com apenas duas atitudes concretas, que me envolveram pessoalmente.

Na primeira, em meados de Novembro, num sábado, sou mandado apresentar, juntamente com Hugo dos Santos, no QG da RML, por ordem do respetivo Comandante.

Recebidos pelo CEM da RML, coronel Matos Duque, somos inquiridos sobre a natureza das reuniões que andávamos fazendo, nomeadamente a que estava marcada para as 15:00 horas desse dia. Foi uma conversa interessante, em que confrontei e critiquei, directa e duramente, o nosso interlocutor por, afirmei então, só ser possível saber da realização dessa reunião, através de escutas telefónicas. Acrescentando, "como quem faz escutas é a PIDE/DGS, só esta os pode ter informado" e rematei "vocês não têm vergonha de andar metidos com a PIDE?"

Depois de algumas trocas de palavras mais duras, do assumir a realização de reuniões, para discutirmos como recuperar o prestígio das Forças Armadas, do convite ao próprio CEM para comparecer na próxima reunião, este acabou por afirmar que "vocês não estão perdidos, ainda são recuperáveis".

E, apontando para o vidro da janela, pintado de branco, afirmou "estão a ver o vidro branco, com um ponto negro? Considerem que as Forças Armadas são o todo branco, que irão absorver o ponto negro, que são vocês"!

Não gostou, mas teve de engolir a minha resposta "estamos de acordo, excepto num pequeno pormenor: nós somos o todo branco, que irá absorver as Forças Armadas, que são o ponto negro".

Mais tarde, no dia 9 de Março de 1974, quando o Nuno Pinto Soares nos entregou, a mim e ao Antero Ribeiro da Silva, no QG da RML (depois de" raptados" e "impedidos" de embarcar para Ponta Delgada e Funchal) teria oportunidade de me pegar novamente com o coronel Matos Duque.

Isto, porque não resisti à sua afirmação, para o Nuno e o Antero que tentavam convencê-lo da bondade da nossa luta, em prol da recuperação do prestígio das Forças Armadas (eu nem entrava na conversa, pois considerava que anteriormente já tinha gasto toda a minha cera com um ruim defunto).

O facto é que, ao ouvi-lo argumentar que "o governo estava preocupado com o prestígio das Forças Armadas e a prova estava em que nos aumentara os vencimentos há pouco tempo", entrei imediatamente na conversa, "para si o prestígio das Forças Armadas resume-se ao aumento de vencimento? O senhor não tem vergonha? Devia envergonhar-se..."

Ainda recordo, com enorme satisfação, a reação do major Marques de Abreu que, certamente satisfeito por ver um capitão dizer ao coronel aquilo que ele gostaria de lhe dizer, inclinava a cadeira em que estava sentado para trás, para fora da visão do coronel, e me olhava fixamente, enquanto abanava a

cabeça em sinal de aprovação e incitamento, cerrando e mordendo os lábios, como quem diz “força, força, dá-lhe!” ...

No dia 21 de Dezembro de 1973 é a vez de, tal como aconteceu com o Dinis de Almeida (que foi dormir ao BC5) ser de novo chamado ao QG da RML e ser obrigado a passar uma noite no RC7. Desta vez, foi o sub-chefe do EM da RML que me recebeu e teve de suportar as minhas exigências.

Depois dessa noite e de aconselhado pelo Comandante da Unidade a ter cuidado com as atividades em que andava envolvido (coronel Romeiras Júnior, que se haveria de comportar bem, no eminente confronto da força da sua unidade com a força da EPC na rua do Arsenal, no dia 25 de Abril de 1974), sou levado ao gabinete do Subsecretário de Estado do Exército, Coronel Viana de Lemos, com quem tenho um interessante diálogo.

À minha insistência de que a nossa ação visava a recuperação do prestígio das Forças Armadas, seguido do convite para, enquanto militar, participar numa próxima reunião, mostrou estar bem informado pelos delatores infiltrados no Movimento e quase me "derrubava" quando me afirmou “pois é, mas na reunião de Óbidos vocês discutiram a hipótese de um golpe militar!”

Foi com dificuldade que recuperei do enorme soco recebido no estômago, “Certo! Mas tem de reconhecer que nós tivemos o bom senso de optar pela solução da continuação das acções necessárias para recuperar o prestígio das Forças Armadas!”

Reagiu, perguntando-me se eu gostava de futebol, rematando, perante a minha resposta de que era um grande adepto, com um “considere que lhe

estou a mostrar o cartão amarelo" (os cartões haviam sido instituídos precisamente nessa época futebolista).

"Não perca tempo! Se é isso, pode já mostrar-me o cartão vermelho!", respondo com firmeza e determinação.

"Você é recuperável" é o que volto a ouvir de um elevado responsável militar.

Kaulzada

Preocupados com o alargamento do Movimento a oficiais mais graduados, procurávamos captar coronéis (já tínhamos alguns tenentes-coronéis, poucos...).

Mas o facto é que se no caso de Vasco Gonçalves e Marcelino Marques isso funcionou, fazendo deles os dois únicos coronéis que se envolveram a sério na Conspiração, a diligência dos Paraquedistas, ao trazer para o nosso contacto o coronel Frade Júnior, constituiu um enorme fracasso e estaria na origem do *quarto momento de perigo vivido na Conspiração,* só equiparável em grau ao que viríamos a enfrentar em 16 de Março de 1974.

Sina dos Paraquedistas que, quer na Conspiração, quer no processo revolucionário desencadeado após o 25 de abril, estiveram sempre do lado errado da História...

Foi em fins de Outubro de 1973 que os delegados dos Paraquedistas apareceram a sugerir o nome de Frade Júnior, como um elemento disponível para integrar o Movimento. Isto depois de, numa reunião em casa do Hugo

dos Santos, se ter passado um episódio altamente relevante: ao debater a hipótese de se contactarem Generais, os paraquedistas avançaram com o nome de Kaúlza de Arriaga. De imediato, reagi "Era só o que me faltava! Ando aqui a lutar para acabar com a ditadura e criar uma situação democrática, há quem proponha a nossa ligação a um fascista! Se voltam a colocar essa hipótese, saio imediatamente do Movimento e vou conspirar contra vocês"! Surpreendido, ouço o Hugo dos Santos afirmar "Ó Vasco, não tens razão, o general Kaúlza de Arriaga é um democrata! Digo-te mais: se a Oposição tivesse ganho as recentes eleições, o seu presidente do Conselho de Ministros seria precisamente o general Kaúlza de Arriaga"! "Mas quem é que te vendeu essa patranha? Como podes acreditar numa dessas"? "Foi o general Troni que me garantiu isso", respondeu um convicto Hugo dos Santos, "eterno Alferes", como eu o definia. Ainda procurei esclarecer isto, junto do Avelino Rodrigues e de outros amigos democratas, de todos recebendo uma enorme estupefação, perante tão enorme embuste.

Estabelecidos os primeiros contactos, o coronel Frade Júnior apresenta-se-nos como representante de um quarteto de generais - Kaúlza de Arriaga, Luz Cunha e Silvino Silvério Marques, do Exército; Henrique Troni, da Força Aérea - disponíveis e interessados para liderar um golpe militar, no sentido de alterar o governo e, criando condições para se fazer melhor a guerra, recuperar o prestígio das Forças Armadas (saberíamos mais tarde que dois outros Coronéis próximos de Kaúlza de Arriaga contactaram os Espúrios, procurando obter o seu apoio, com a promessa de que o problema dos decretos seria resolvido a seu contento).

Ainda que este contacto fosse feito essencialmente com a nossa Comissão das "Unidades com força", eu estive sempre a par do que se passava, pelo que pude controlar o processo e fazê-lo abortar.

Depois do primeiro contacto, foi pedido a Frade Júnior que nos apresentasse um projeto político, tendo o mesmo feito entrega, num encontro na estalagem de S. Filipe em Setúbal, no dia 12 de Dezembro de 1973, aos oficiais do Movimento (Sousa e Castro e Freire Nogueira) um documento onde se descrevia a "Abrilada" de 1961 e salientava a importância que o "patriota" Kaúlza de Arriaga então tivera, enquanto Secretário de Estado da Aeronáutica, para fazer fracassar essa tentativa de deposição de Salazar.

A participação nessa conjura do então major Francisco da Costa Gomes foi a justificação para apresentar o agora CEMGFA como um dos alvos a eliminar, no golpe para que Kaúlza procurava arrastar o Movimento. A que juntaram António de Spínola, porque, contactado por Kaúlza, afirmara que "se quiser fazer um golpe, faço-o por mim, pois tenho toda a ´Calçada da Ajuda´ comigo" (referia-se às Unidades de Cavalaria e à GNR).

Tenhamos presente que tudo isto se desenrolou poucos dias depois das importantíssimas reuniões do Movimento, realizadas em Óbidos (1 de Dezembro) e na Costa da Caparica (5 de Dezembro), onde se tomaram decisões fundamentais, para a evolução do Movimento.

Voltaremos a essas reuniões, centremo-nos, por agora, na descrição da evolução da Kaúlzada.

Sousa e Castro e Freire Nogueira, juntamente com o Rosado Luz, que os acompanhara como "segurança", após o encontro com Frade Júnior, reúnem-

se de imediato comigo e com o Rosário Simões (a Artilharia em plena ação de apoio à Infantaria), fazemos a análise da situação e eu assumo a responsabilidade de fazer abortar o golpe em marcha ("temos os paraquedistas e 200 ex-combatentes", afirmava Frade Júnior).

Contacto de imediato o Capitão José Luís Machado de Oliveira, colocado no EMGFA, e peço-lhe que apresse a audiência com o próprio CEMGFA, General Costa Gomes, que lhe pedira para preparar. Dois dias depois, 14 de Dezembro, entro pela primeira vez no EMGFA, na Cova da Moura, e vou conhecer Costa Gomes.

Foi uma conversa surreal: denunciei-lhe o golpe em marcha, com todos os pormenores onde se incluía o projecto de eliminação do próprio e de Spínola, reage com enorme calma, agradece e concorda comigo, quando lhe digo que decidira informar também o General Spínola, "acho bem que fale com o António, acho muito bem"!

Despedimo-nos, comigo estupefacto e em brasa, ainda desabafo com o tenente-coronel Ferreira da Cunha: "não percebo, denuncio ao CEMGFA a existência de um golpe de Estado em marcha, recebe a notícia como quem recebe a oferta de um café... isto só lá vai com um golpe militar. Temos de fazer um golpe, realizar eleições e passar o poder a quem ganhar as eleições!"

Ainda mais estupefato, ouço esse militar especialista em acção psicológica e chefe de gabinete do CEMGFA "Não pode ser! Se fizermos eleições, o PC, como único partido organizado, vai ganhar! Não pode ser!"

Despedi-me, a matutar que tinha de ter muito cuidado e não repetir a reação que tivera "Não pode ser? Então, se o PC ganhar as eleições, tem todo o direito a governar!"

"Toma cuidado! Um dia destes, vais dentro", foi o conselho que dei a mim próprio...

Telefonei ao Carlos Fabião e combinei com ele encontrarmo-nos, no dia seguinte, sábado, na zona dos Jerónimos. Eram cerca das 11h00 quando coloquei o então major a par do que se estava a passar e da minha vontade em me encontrar com Spínola, com quem estava de relações cortadas, desde que regressara da Guiné, em Junho de 1971.

Fabião telefonou imediatamente para Spínola (utilizando uma cabine telefónica, pois não havia telemóveis) falou com a esposa do General, recebendo a indicação de que o mesmo ia ao EMGFA, pelo que pedia que o aguardasse lá. Fomos até a Cova da Moura, parámos o carro no pequeno largo em frente ao EMGFA, passados alguns minutos, chegou o carro de Spínola, que pára na entrada das instalações. Saímos do meu carro (o Datsun 1200, que fez mais de 20.000 km na Conspiração) e dirigimo-nos para a entrada, Spínola saiu do carro e veio ao nosso encontro.

Tudo se passou em menos de meia hora, ao ar livre, na rua que passa em frente às instalações onde funcionava o EMGFA e onde se viria a instalar a Junta de Salvação Nacional. Depois de cumprimentar o Fabião, Spínola olhou para mim e "você?!"

"Meu General, vamos esquecer o passado, que há assuntos muito importantes a tratar!", reajo.

“Meu General, ouça o capitão Vasco Lourenço que tem uma informação muito importante”, afirma o Carlos Fabião.

“Muito bem. Então diga lá!”

E, com calma, dei a informação sobre o que se passava, enfatizando o facto de o golpe prever a eliminação dos dois Generais - Costa Gomes, pela sua intervenção na “Abrilada de 1961”, Spínola porque afirmara que “se quiser fazer um golpe, faço-o sozinho, pois tenho a Calçada da Ajuda toda comigo”.

“Tem piada, isso é verdade! Eu afirmei isso, quando me tentaram aliciar” responde um atónito Spínola.

“Como vê, não inventámos nada. O Senhor nada nos disse, quem o afirmou foi o representante do General Kaúlza. Há que actuar imediatamente”!

“Como sabem, eu fui nomeado para Vice-CEMGFA. Vou tomar posse daqui a um mês. Esperem pelo meu discurso, que eu vou tomar posição!”

“Discurso? Daqui a um mês? Ó meu General é preciso agir e já! Imediatamente! O golpe pode ser amanhã, pode estar a dar-se agora, é preciso actuar!”

“Esperem pelo meu discurso. Obrigado. Bom dia.”

E deixou-nos, apalermados, a olhar um para o outro, atónitos com o que acabávamos de viver.

Regressados ao meu carro, comento “com estes Generais, não vamos lá! O outro agradeceu-me e despachou-me. Este manda-nos estar atentos ao seu

discurso, daqui a um mês. Assim, não vamos lá! Precisamos de actuar, com urgência. Temos de denunciar o que se passa e fazer abortar o golpe".

"Tem razão. Se quiser, na segunda-feira, eu posso denunciar o golpe, na minha condição de chefe do curso que estamos frequentando no IAEM, em Pedrouços", responde-me o Fabião. Acrescentando "o irónico da situação é que toda a gente vai ficar convencida que eu faço isto a pedido do *Velho*. E o *Velho* nunca me perdoará por eu fazer o que vou fazer, sem lhe dizer nada"...

"OK, vamos a isso! Enquanto você denuncia o golpe, eu porei a Ligação a funcionar e alertarei para que, se houver um golpe não é nosso. Não podemos participar, antes pelo contrário, temos de tentar opor-nos ao mesmo".

Foi um fim de semana angustiado.

Decidira accionar a denúncia do golpe, sem informar a Comissão Coordenadora e a Direcção da mesma, eleitas em Óbidos e na Caparica, há apenas alguns dias. Confesso que terá sido o maior susto que apanhei durante a Conspiração: só admitir que os membros do Movimento poderiam entrar num golpe, convencidos de que era "o seu golpe" (a organização do Movimento ainda era muito incipiente) me causava calafrios.

Imagino a "bomba" que constituiu a denúncia feita pelo Carlos Fabião, na primeira aula do dia, perante os 200 oficiais do curso de que era chefe.

Após autorizado pelo professor, a dar uma informação ao curso (certamente convicto de que se tratava de um assunto escolar) "Camaradas, quero informá-los de que está em marcha um golpe de Estado, liderado pelos generais Kaúlza de Arriaga, Luz Cunha, Silvino Silvério Marques e

Henrique Troni, sendo que um dos objetivos é eliminar os Generais Costa Gomes e António de Spínola".

Confusão, burburinho, são palavras que não chegam para descrever o que se passou.

Resultado, o curso terminou, os oficiais regressaram às respectivas Unidades, Kaúlza participou de Carlos Fabião, negando tudo o que fora afirmado, este foi colocado na "prateleira" (Distrito de Recrutamento de Braga).

Algum tempo depois, já com Spínola como VCEMGFA, Silvino Silvério Marques negou o seu envolvimento, levando Spínola a pedir-nos para que um dos oficiais contactados por Frade Júnior comparecesse no seu gabinete, para esclarecer o que se passara.

Face à indisponibilidade de Sousa e Castro e Freire Nogueira, que se recusaram a responder à solicitação, assumi eu essa missão.

Foi uma situação interessante, diria quase kafkiana:

Depois das apresentações (eu e Silvino Silvério Marques não nos conhecíamos), Spínola pede-me "Então, diga lá o que se passou".

"O coronel Frade Júnior contactou-nos, a convidar-nos para fazermos um golpe de Estado, com vista a um reforço no esforço de guerra, liderado pelos Generais Kaúlza de Arriaga, Luz Cunha, Silvino Silvério Marques e Henrique Tróni, tendo como um dos primeiros objetivos a eliminação dos Generais Costa Gomes e António de Spínola" afirmo.

"Está a ver? não fui eu que inventei!" exclama Spínola.

"Mas, isso é abusivo! Eu não tenho nada que ver com isso! A minha participação não existe, é falsa"! afirmava Silvino Silvério Marques, dirigindo-se-me.

"Isso, o meu General tem que ir esclarecer com o coronel Frade Júnior", respondia-lhe eu.

"Repito, eu não tenho nada que ver com isso!", insistia comigo Silvino Silvério Marques.

"Isso, tem de esclarecer com o coronel Frade Júnior", rematava eu.

Talvez por isto, Spínola viria a nomear Silvino Silvério Marques, para Comandante Chefe de Angola, logo após o 25 de Abril. Onde se não manteria por muito tempo, corrido que foi pelo MFA em Angola.

Quanto a Kaúlza, continuou a negar o seu envolvimento, chegando a fazer uma participação contra mim, ao CEME, face a declarações que fiz, onde relatei o que se passara. Participação que deu origem a um interessante episódio no Conselho da Revolução, quando em 1978, o CEME general Pedro Cardoso colocou, numa reunião desse órgão de soberania, a questão "Tenho uma participação do general Kaúlza de Arriaga, contra o conselheiro major Vasco Lourenço. Gostava de ouvir o CR, sobre o que fazer?"

"Têm falta de papel higiénico, no EME? Tem aí a solução", foi a intervenção que fiz, perante o sorriso da maioria dos conselheiros.

"Obrigado, já percebi" rematou Pedro Cardoso, depois de constatar que ninguém mais se pronunciou.

Kaúlza, covardemente, continuou a negar o seu envolvimento no projetado e não tentado golpe de Estado.

De modo fanfarrão, fez declarações a dizer que teve preparada uma resposta à acção do MFA no dia 25 de Abril de 1974, mas que não conseguiu acioná-la em virtude de os seus colaboradores o terem informado de que as tropas estavam todas leais ao MFA.

Mais tarde, quando publicou o seu último livro, veio com uma outra leitura do golpe: houve, efetivamente, uma acção que previa a substituição de Marcelo Caetano e a constituição de um governo que alterasse a política demasiado mole e se decidisse por um reforço do esforço de guerra.

Mas, escreveria ele, assumindo uma teoria estapafúrdia e incompreensível:

Como essa acção era liderada por Generais, não podia ser considerada um golpe de Estado!

A reunião de S. Pedro do Estoril

No seio do Movimento - já lá vamos à evocação das ações então desenvolvidas - a minha acção desenquadrada dos órgãos entretanto eleitos, ia-me provocando alguns dissabores.

Na Direcção, o Vítor Alves levantou a questão da confiança e da lealdade entre nós e não terá ficado muito convencido com as explicações que lhes prestei: “a urgência, a nossa recente eleição, forçaram-me a actuar sem coordenar convosco”.

O facto é que o conhecimento e a confiança entre nós ainda não eram sólidos, felizmente que tudo se ultrapassou e foi possível criarmos um entendimento e uma confiança resistentes a todas as vicissitudes. Ligação que seria fundamental no futuro, seja na conspiração e acção militar, seja também - ainda que, aqui, com algumas pequenas nuances - no desenrolar do processo revolucionário, até ao fim do Período de Transição, em Outubro de 1982.

Voltemos, agora, ao tempo da decisão sobre a escolha de uma nova Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães.

Estamos em 15 de Novembro, onde a ruptura entre mim e o Mariz Fernandes nos leva a essa necessidade. Dissolvida a Comissão Coordenadora que saíra de Alcáçovas, encetam-se diligências para promover uma reunião alargada, onde se assumam decisões que permitam continuar o processo.

Opta-se por organizar uma reunião, no dia 24 de Novembro em S. Pedro do Estoril, nas instalações que pensávamos serem a casa do segurança da Colónia Balnear Infantil "O Século". Foi uma reunião que decidimos alargar a tenentes-coronéis, face à proposta que o capitão José Manuel Piteira Santos me fez "tenho um tenente-coronel, Comandante de um Batalhão mobilizado para a Guiné, que considero dever convidar para ir à reunião".

"Força, trá-lo, que deve ser interessante".

E foi assim que, numa reunião com características especiais - convencidos que as instalações eram da Colónia Balnear, elas eram sim da família de um capitão miliciano que estivera na guerra em Angola com o capitão Augusto Bismark, de quem era amigo, e lhe dispensara a casa para uma reunião.

Vale a pena contar a história da casa: de uma família muito conservadora e católica, a dona da casa obtivera a permissão do Cardeal para serem rezadas missas, na capela que a casa possuía.

Mais tarde, nos anos 60, a Senhora pediria que fosse anulada essa autorização, pois "os seus filhos não mereciam tal benesse".

Os proprietários eram familiares do comandante Pereira de Bastos, pelo que, em 1969/70, o nascente Movimento na Marinha, contestatário ao regime, pudera aí promover algumas reuniões, com projeções de filmes proibidos, nomeadamente “O Couraçado de Potemkin”.

E se, no dia da reunião, pudemos constatar que o amigo do Bismark levara a mulher e os pequenos filhos para, no exterior da casa, dar a sensação de convívio de amigos, só 20 anos depois, descobrimos tudo o que envolvia a casa, nomeadamente que não pertencia à Colónia Balnear, bem como o facto de a irmã do amigo do Bismark estar, no dia da nossa reunião, a ser interrogada e torturada pela PIDE/DGS.

É que a Maria de Fátima Fonseca Ribeiro pertencia à LUAR e, na sequência da prisão de Palma Inácio, no dia 22 de Novembro, ela fora igualmente presa.

Conhecedores de que ela fora responsável por esconder explosivos da LUAR, a PIDE queria saber onde ela os escondera. Já lá não estavam, mas se Maria de Fátima, que ignorava absolutamente a existência de uma reunião clandestina nessas instalações, cedesse e revelasse que foi na Casa da Cerca, em são Pedro do Estoril, que os escondera, podemos imaginar o que se poderia ter passado.

Na reunião estávamos cerca de 40 oficiais, a maioria de nós armados (ainda me rio, quando recordo o que se passou, ao chegar ao local: o Luís Lopes Francisco chama-me, abre o porta-bagagens do seu carro e, perante o meu espanto ao ver uma bazuca e duas granadas, exclama "Isto, hoje, vai à bazucada! Se eles aparecerem, isto vai à bazukada!").

Desconhecedores do que ali se passava, se meia dúzia de agentes da PIDE lá fosse, temo que nenhum deles de lá saísse ileso. Até porque o ambiente aquecera desmesuradamente, quando o tenente-coronel Luís Ataíde Banazol proclamara, numa intervenção muito acalorada e aplaudida "Isto só lá vai a tiro! E quem o pode fazer, somos nós! Que ficaremos mal na História, que não nos perdoará, se não cumprirmos o nosso dever!"

Não me foi fácil acalmar os ânimos. Decretei de imediato um intervalo - "estou farto de dizer isto mesmo, ninguém me liga, porque sou capitão. Aparece aqui um tenente-coronel, que ninguém conhece, que diz exatamente o mesmo, ficam loucos e aplaudem-no desta maneira", desabafo para o Luís Macedo - após algum tempo, recomeçámos a discussão, Luís Banazol prometeu apresentar na próxima reunião um programa político, e lá conseguimos aprovar a agenda, para a grande reunião prevista para o dia 1 de Dezembro. Que viria a ser, juntamente com a de 9 de Setembro de 1973 e a de 5 de Março de 1974 uma das três grandes reuniões da Conspiração.

A reunião de Óbidos

Segundo a agenda aprovada em S. Pedro do Estoril, devíamos responder às seguintes questões:

A - Que fazer?

1. **Conquista do poder**, para com uma Junta Militar, criar no País as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional (democratização).
2. Dar oportunidade ao governo de se legitimar perante a nação, através de **eleições livres**, devidamente fiscalizadas pelo Exército, procedidas de um referendo sobre a política ultramarina.
3. Utilização de reivindicações exclusivamente militares, como forma de alcançar o prestígio do Exército, e de pressão sobre o governo.

B - Circunscrever o problema só ao Exército, ou alargá-lo a todas as Forças Armadas?

C - Como deve ser constituída a Comissão Coordenadora? Por quem? Com que funções?

D - Para a solução escolhida, acha que se deve contactar algum chefe? Quem?

E - Estudo da situação.

Compareceram em Óbidos (depois de encaminhados para lá, a partir do ponto de encontro, na estação da CP, das Caldas da Rainha) 186 oficiais, em representação de 311.

Contados os votos, para a questão A, verificou-se que apenas duas das hipóteses eram claramente aceitáveis, sendo que os resultados apontavam, como se diz em gíria eleitoral, para um empate técnico.

Com efeito, enquanto a hipótese 2 (eleições) colhia poucos votos, por ser considerada claramente utópica, a hipótese 1 (golpe militar) obteve 125 votos e a hipótese 3 (reivindicações) venceu com 173 votos, ainda que 60 deles acrescentassem "com tendência para a hipótese 1".

O que me levou, enquanto moderador, a afirmar que, juntando os votos em 1 com os votos em 3 com tendência para 1, era a hipótese 1 que saía vencedora.

Como eu esperava, levantou-se de imediato um enorme alvoroço - fora a hipótese 3 que vencera e não a 1. Condescendi de imediato com esta solução, satisfeito com o facto de ter ficado evidente que tudo apontava para uma rápida progressão, ao encontro da hipótese 1.

Mas, enquanto não criávamos as condições para a intervenção militar, a bandeira da recuperação do prestígio das Forças Armadas servia plenamente os nossos desígnios.

Interessante seria o resultado das escolhas dos Chefes, a contactar para liderar o Movimento:

Enquanto Costa Gomes recolheu a enorme maioria de votos (em relação a António Spínola, o escolhido em segundo lugar, a relação de votos foi de 8 para 1) os Paraquedistas apontavam os nomes de Kaúlza de Arriaga e Silvino Silvério Marques, acompanhado de Spínola. Sintomático e precursor do que se viria a passar 12 dias depois, com os Paraquedistas a serem os únicos disponíveis para o golpe da Kaúlzada...

Quanto aos pontos 2 e 3, foram decididos, sem grande dificuldade. E para além de o alargar do Movimento aos outros Ramos ter sido absolutamente

pacífico, a escolha da Comissão Coordenadora, decorrendo com naturais dificuldades, não provocou divisões insuperáveis e pôde ser feita com relativa facilidade (três condições foram tidas em consideração: três por Arma ou Serviço, um major, um capitão, um subalterno (por razões de "segurança", foi vetada a inclusão de coronéis, proposta que a Engenharia e a Administração Militar aí apresentaram); colocados em Unidades de Lisboa, com a excepção das Escolas Práticas, que deveriam ter um dos elementos.

Outra decisão foi ainda assumida: a alteração do nome do Movimento, de Movimento dos Capitães (MC) para Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA). Não sabemos se terá sido a sigla se outras razões, o facto é que o nome não pegou, pouco ou nada foi utilizado, continuou foi a falar-se do Movimento dos Capitães, até que em Cascais nasceria o Movimento das Forças Armadas (MFA).

Dali saímos, convictos de que caminhávamos, a passos porventura demasiado lentos para alguns mas seguros e determinados, para os objectivos a que nos propuséramos: alcançar o prestígio das Forças Armadas, só possível pela reconquista da Liberdade, o que implicava o desaparecimento da ditadura, que permitiria a resolução da guerra colonial, com a consequente conquista da Paz.

E, mesmo que a decisão final não tivesse sido formal e clara, a convicção de que isso só seria possível através de uma intervenção directa das Forças Armadas.

Fortemente imbuído dessa convicção, altamente reforçada nesta reunião, explorando o sucesso, decidi levar comigo o tenente-coronel Luís Banazol (algo desiludido, pois a sua intervenção em Óbidos estivera muito longe de

provocar os entusiásticos aplausos que colhera há oito dias, em S. Pedro do Estoril) à primeira reunião da Comissão Coordenadora, escolhida em Óbidos.

A reunião da Costa da Caparica

Foi na Costa da Caparica, a 5 de Dezembro de 1973, que a Comissão Coordenadora, com a participação de outros oficiais, convocados expressamente para a reunião, (de que há a destacar Vasco Gonçalves e delegados do Porto) ouviu novamente Luís Banazol e o aconselhou a alguma moderação.

Importante reunião, onde a Comissão Coordenadora se estruturou, escolhendo uma Direção e atribuindo pelouros aos seus elementos.

Direção que dirigiria toda a conspiração até ao acto final da operação "Viragem Histórica" (com as alterações provocadas pela minha transferência compulsiva para Ponta Delgada, em 9 de Março. Mas, essa é outra estória, que abordarei mais à frente).

Direcção que definiu as responsabilidades dos seus membros: **Vítor Alves,** responsável pela *Ligação à Armada e à Força Aérea*; **Otelo**, a ser o responsável pelo *Secretariado*; **Vasco Lourenço** a ser o responsável *operacional* (que incluía a *Subcomissão do Estudo da Situação Militar*; a *Organização e a Ligação internas* do Movimento).

Durante esta reunião teve lugar um episódio, que mostrou bem as dificuldades da consolidação do Movimento, e nos alertou também para a necessidade de maior cuidado, nas questões da segurança.

Pouco depois das primeiras intervenções, um dos delegados da Cavalaria (Lopes Saraiva, substituto do escolhido Manuel Monge, que se mantinha na Guiné) declara "sentir-se ali a mais, pois ouvira falar no direito dos povos à autodeterminação e à independência". Surpreendidos, ouvimo-lo afirmar que iria abandonar o Movimento, jurando nada dizer sobre o que ali vivera.

Deixámo-lo sair, depois de eu o alertar para as nefastas consequências que sofreria, caso abrisse a boca.

Como já referi, a Direcção e a Comissão Coordenadora tiveram, pouco depois de criadas, que enfrentar a tentativa da Kaúlzada, tentativa que iria provocar alguns conflitos com os Paraquedistas, face ao seu envolvimento, aliás nunca por eles assumido, de forma clara e efetiva.

A última quinzena de Dezembro constituiria um período de grande atividade, pois à Kaúlzada juntar-se-ia a retaliação das chefias militares sobre o cabo miliciano Octávio Pinto (transferido para os Açores), que nos obtivera o local - sede de uma sociedade recreativa - em Óbidos, onde realizámos a determinante reunião de 1 de Dezembro.

Mas juntar-se-ia também a retaliação sofrida por Vasco Lourenço e Dinis de Almeida, obrigados a pernoitar a noite de 21 /22 de Dezembro, descobertos que foram os seus contactos com Luís Banazol, que tentava adiar o seu embarque a caminho da Guiné.

Tudo isto constituiria um novo momento de perigo, o quinto, segundo a minha opinião, agravado pelas medidas de aumentos extraordinários dos vencimentos dos militares, nomeadamente dos coronéis e capitães.

O certo é que, se houve alguns que consideraram que, com os aumentos de vencimentos, se estava a recuperar o prestígio das Forças Armadas, o que os levou a abandonar o Movimento - poucos, é certo - a maioria reuniu-se à volta da palavra de ordem então lançada de "não nos compram com aumentos de vencimentos", continuou a Conspiração e, no dia 10 de Janeiro, é decidido mandatar José Maria Moreira de Azevedo para elaborar um documento base, com os objetivos e princípios do Movimento.

Os acontecimentos da Beira

No início 1974 (14 a 18 de Janeiro) verificar-se-iam, em Moçambique na zona da Beira, mais propriamente em Vila Pery, acontecimentos que, pela gravidade da reacção dos colonos, nos dariam uma ajuda tremenda, talvez mais eficaz nos resultados da nossa dinamização, mobilização e unidade interna, do que a futura publicação de "Portugal e o Futuro".

A descida da guerrilha para o Centro de Moçambique - Lourenço Marques estava longe da guerra, não a sentia, imitando a Metrópole... - provocou o assalto a uma fazenda, de que resultaram as mortes da mulher e do filho do fazendeiro.

Assistiu-se, então, a enormes manifestações dos colonos brancos, na cidade da Beira, com contestação ao governo e, essencialmente, às Forças Armadas (um capitão do Exército, por sinal do meu curso da Academia Militar, viria

a ter que ser tratado no hospital, como consequência de ferimentos na cabeça, resultantes das muitas pedras arremessadas contra a Messe de Oficiais).

A acusação de que os militares não cumpriam o seu dever, de que passavam a vida nas messes, não protegendo devidamente os colonos, fez com que o "fantasma da Índia" de 1961 reaparecesse a galope. Tudo indicava que, face ao fracasso, mais que previsível da guerra, o bode expiatório da cegueira e incapacidade dos políticos iam ser de novo as Forças Armadas.

Confesso que tudo isto nos caiu que "nem sopa no mel".

A ligação dos responsáveis do Movimento dos Capitães em Moçambique com a Comissão Coordenadora, que nos enviou de imediato uma mensagem com a descrição do que se passara, (os responsáveis das Transmissões, em Nampula e em Lisboa, foram então admoestados pela chefia do Exército) permitiu-nos explorar a situação "até ao tutano". Lançando uma imediata e forte campanha de informação, de contestação à atitude dos colonos, de contundente crítica ao poder político em Portugal e de franca e total solidariedade aos militares vilipendiados na cidade da Beira, pela população branca.

E, se tudo isto resultou num enorme fortalecimento interno do Movimento, seja através de novas adesões, seja no aumento da convicção com que os seus membros preparavam a acção de libertação e paz, resultou também no fortalecimento das nossas relações com os dois Generais, que havíamos escolhido em Óbidos, Costa Gomes e António Spínola, que, em contactos connosco, nos transmitiram o seu apoio às nossas posições.

De realçar ainda o resultado de todas estas nossas movimentações, no seio da comunidade civil: Um numeroso grupo de democratas residentes em Moçambique enviou a Marcelo Caetano e aos seus ministros uma exposição com duras críticas ao regime, o que provocou o reacender da discussão da natureza da guerra e da necessidade de para ela se encontrar uma solução política. Ao encontro, portanto das posições do Movimento.

O livro de Spínola

Como referi, temos de ter presente a publicação, a 22 de Fevereiro, do livro de Spínola "Portugal e o Futuro". A importância deste acto tem sido bastante debatida, havendo mesmo quem o considere essencial para a evolução do processo que nos levaria ao 25 de Abril, nomeadamente na evolução política do Movimento.

Pessoalmente, considero que, como em muitas outras situações na vida, "nem tanto ao mar, nem tanto à terra"! O livro teve importância? Certamente, mas bastante menor do que a que alguns lhe atribuem. Isto, porque, se mostrou o nível a que chegara a contestação da política ultramarina, com a mesma a já estar na cúpula das Forças Armadas, a solução preconizada por Spínola já estava ultrapassada no tempo e, o mais importante, o Movimento já estava a debater uma solução política, para o País e para a guerra colonial, não tendo sido necessária a publicação do livro, para que se avançasse para esse objectivo. Aliás, soube-se de imediato que Spínola apressara a publicação do livro, precisamente por ter sabido desse facto.

Mas, um facto é indiscutível: o Movimento aproveitou essa publicação e fez dela um instrumento de mobilização e incremento da Conspiração. "Já leste a Bíblia?", foi uma pergunta recorrente, que eu próprio usei várias vezes. Tenhamos presente que Spínola tinha a sua "corte" que, nomeadamente no seio dos oficiais superiores, começou a olhar de outra forma para o Movimento, não aderindo, mas também não hostilizando.

Controverso foi sempre a questão da autoria material do livro, e mesmo das ideias nele contidas. Generalizou-se, então, a convicção de que o autor do livro foi o major Pereira da Costa, que na Guiné conheci como o *Asterix*.

Como imensas dúvidas se levantaram também, quanto às ideias aí defendidas, face às atitudes de Spínola, após o 25 de Abril. Isto porque não podemos esconder a sua recusa em aceitar o direito dos povos à autodeterminação e independência, só por si assumida em 27 de Julho de 1974, depois de forçado a isso pelo MFA. Posição que teve resultados desastrosos, com o incremento da guerra por parte dos Movimentos de Libertação, de que resultaram, só do lado português, cerca de 400 mortos, entre o 25 de Abril e esse reconhecimento.

A reunião de Cascais - Um programa político

Entretanto, enquanto as ligações com os responsáveis pelo Movimento em Moçambique e na Guiné se intensificam e consolidam, enquanto Spínola recebia o apoio dos Espúrios, com eles se comprometendo na resolução do seu problema corporativo, ao mesmo tempo que reforçava os laços com o Movimento, através de Vasco Lourenço e de Otelo, o Movimento acelerava

o estudo do documento programático e, numa reunião em casa de Vasco Lourenço, a 26 de Janeiro, o projecto elaborado por José Maria Moreira de Azevedo é aprovado, sendo decidido debatê-lo em reunião alargada a marcar para breve. O que acontece a 5 de Fevereiro, em casa de Marcelino Marques.

Esta reunião viria a revelar-se como muito importante, nomeadamente por:

- Comparência, pela primeira vez, em reuniões do Movimento de quatro elementos que se evidenciariam de enorme importância, em todo o processo subsequente: Ernesto Melo Antunes, Amadeu Garcia dos Santos, Manuel Franco Charais e Manuel da Costa Braz.
- Rejeição do documento de José Maria Azevedo por ser considerado "muito militar e pouco político".

Não me foi fácil convencer o enorme capitão de Abril José Maria Moreira de Azevedo a aceitar a rejeição de um documento porque "não tinha o que ele lá quisera incluir, porque nós o não permitíramos".

Foi-me difícil então fazê-lo compreender que "se o documento tivesse o que ele lá queria colocar, seria rejeitado por ser considerado muito avançado. Assim, rejeitado por ser considerado muito corporativo, dará origem a uma tomada de posição mais avançada do que a que ele queria assumir".

Depois de algum trabalho, lá o convenci a, juntamente com Melo Antunes, Sousa e Castro e Costa Braz, fazer parte da Comissão de Redação do documento que seria debatido em reunião alargada a convocar.

Documento que passaria por alargado debate nas Unidades, com base em três textos elaborados pela referida Comissão de Redação. E que, com o

título "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação" viria a ser aprovado na reunião de 5 de Março em Cascais, e subscrito por 111 oficiais.

Esta reunião revelar-se-ia talvez como a mais importante de todas as reuniões efectuadas na Clandestinidade. Desde logo, pela decisão de se fazer um golpe de Estado.

Mas também a decisão de se aprovar um programa político – futuramente designado por Programa das Forças Armadas (logo ali, me virei para o Melo Antunes "estás nomeado para presidir à Comissão de Redacção do Programa". "Porquê eu"? "Porque eu te nomeio"!).

Ainda a decisão de se convidarem os Generais Costa Gomes e Spínola para assumirem o Poder, depois de realizado o golpe de Estado. Com a condição de que teriam de assumir o Programa que o Movimento viesse a aprovar (como já referi, este pormenor esteve na origem do momento mais crítico da reunião, entre os Puros e os Espúrios, que defendiam que não seria necessário um Programa, pois o Chefe definiria. Chefe que, para eles era Spínola, o que provocou uma imediata votação entre os dois Generais, com vitória esmagadora (4/1) de Costa Gomes.

Por fim, a última das decisões: um voto de Confiança na Comissão Coordenadora e na sua Direcção, para concretizarem todas as decisões aprovadas.

Dali saímos, começando a preparar essa concretização, sem saber que os spinolistas, tentando reagir à estrondosa derrota sofrida em Cascais, lançaram uma recolha de assinaturas, para um apoio incondicional a António Spínola.

Como falamos de Conspiração, importa lembrar um "pequeno pormenor": esta foi a reunião que implicou um maior cuidado nas normas de segurança que praticámos. Começámos por definir dois locais para a realização da reunião. Escolhido o lugar da reunião, no *Franjinhas, edifício no cruzamento da Rua Castilho com a Rua Braamcamp* - único local onde em Lisboa, através da Sinase, era possível alugar uma sala para reuniões (nesse tempo, nem os hotéis o faziam) o Otelo foi alugar uma sala para *um grupo de antigos alunos do Gil Vicente aí combinarem uma viagem de estudo*. De seguida, escolhemos um número alargado de cafés/restaurantes para servirem de pontos de encontro dos oficiais delegados das diversas Unidades. Indicado o ponto de encontro a cada uma das Unidades, os respectivos delegados aí seriam recebidos por um elemento da Ligação, que os orientaria para o local da reunião. Naturalmente, os elementos da Ligação teriam a indicação do edifício Franjinhas, como o local de reunião para onde fariam seguir os participantes na reunião.

Só que, decidimos escolher um outro local onde efectivamente se realizaria a reunião - o atelier do arquitecto Braula Reis - irmão do capelão da Academia Militar, que o cedeu, a pedido do Sanches Osório, amigo do capelão - que se localizava numa rua do centro de Cascais.

Numa corrida "desenfreada", eu contactei os pontos de encontro localizados nas zonas mais afastadas do Franjinhas (Vavá, Monte Carlo, Galeto, S. Remo, Mexicana, Munique, Ceuta, Apolo 70, Império, Roma, Princesa, Canas), dando novas instruções aos elementos da Ligação: ***não envias os participantes para o Franjinhas, mas sim para o número XX da Rua Visconde da Luz, em Cascais.*** Ao mesmo tempo, o Otelo estava fazendo o mesmo nos cafés escolhidos mais próximos (Pique-Nique, Pisca-Pisca,

Palladium, S. Marta, Berna, Sol Parque). O que lhe permitiu esperar-me junto ao mesmo, procurando também barrar a entrada a alguém que não tivesse recebido atempadamente a indicação correcta.

Um parêntesis para acentuar o facto deste edifício estar destinado a ficar ligado à história do 25 de Abril, por outro importante pormenor: foi aí que estava instalado um restaurante, que comemorava o seu primeiro aniversário no dia 25 de Abril de 1974, o que levou o proprietário a adquirir flores para oferecer às clientes que aí fossem almoçar nesse dia. Só que a eclosão do 25 de Abril fez com que o proprietário não abrisse o restaurante ao público e, ao olhar para as flores, por acaso cravos onde a cor vermelha predominava, decidiu-se por os oferecer aos trabalhadores. Foi assim que a trabalhadora Celeste Martins Caeiro viria a ficar na História: sobraçando um molho de cravos, que decidira aceitar e levar para casa, ao chegar à Avenida da Liberdade e deparar com a população a vitoriar os militares e a oferecer-lhes bebidas, tabaco, sanduíches, resolveu oferecer-lhes a única coisa que levava consigo, precisamente os cravos vermelhos.

Mas, voltando às medidas de segurança: quando, depois do meu périplo, cheguei ao Franjinhas e perguntei ao Otelo se estava tudo bem, se tinha aparecido alguém desgarrado, ouvi que não tinha aparecido ninguém, que tudo estava nos conformes. E, enquanto o Otelo seguia para Cascais, eu subi ao último andar do Franjinhas, dirigi-me à recepção do serviço de aluguer de salas, informei da anulação da reunião e perguntei quanto havia a pagar. Altamente surpreendido, ouço a senhora da recepção "Anularam a reunião? Mas, a sala já está cheia!". "O quê? Só se alguém não recebeu atempadamente a informação da reunião. Onde é a sala?" E, ao entrar na sala, deparei com cerca de vinte maduros, inquietos, a falar em voz alta, "Como

é? Isto nunca mais começa?". Fazendo sinais para se calarem, apontando para as paredes e os ouvidos, comecei a falar alto, quase gritando, "Mas, vocês não foram informados? A reunião foi anulada. Quando for novamente marcada, receberão a informação". Repetindo estas e outras afirmações semelhantes, rasguei uns papéis, escrevendo nos pedaços que distribuía, "Sigam para esta direcção". Que era, naturalmente, a morada de Cascais. Paga a conta - lembro-me que paguei 500 escudos, por uma hora - foi a minha vez de me dirigir a Cascais.

A reunião fez-se em condições quase épicas - espaço curto, divididos por duas ou três salas, apinhados, em pé, como sardinhas em latas de conserva - e constituiu certamente uma das maiores façanhas da Conspiração que nos levou ao 25 de Abril. E, apesar de alguns terem recorrido ao guarda noturno, para encontrar a morada, o facto é que a PIDE/DGS só no dia seguinte terá sabido onde se realizou a reunião...

Prisões e transferências

De repente, somos surpreendidos, eu e mais dois camaradas (Carlos Clemente e Antero Ribeiro da Silva), com a imediata transferência, "por motivos de serviço", para os Açores (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) e para a Madeira (Funchal). Aconteceu no dia 8 de Março, sendo que o embarque seria no dia seguinte, 9 de Março.

Reunidos de emergência, em casa do pai do Luís Macedo – em Angola, o brigadeiro Ernesto Ferreira de Macedo, estaria longe de saber que a sua casa estava a ser utilizada para reuniões clandestinas e conspirativas – discutimos

a situação, soubemos que havia um quarto capitão com ordem de transferência da sua Unidade, mas aqui para outra do Continente (David Martelo, de Águeda para Bragança) e tomámos uma decisão radical: os transferidos seriam raptados pelo Movimento e impedidos de seguirem o destino que lhes foram determinados. Acção acompanhada por uma concentração/manifestação no Terreiro do Paço, onde seria entregue no Ministério do Exército uma declaração de apoio aos oficias raptados e aos respectivos raptores.

Ora aconteceu que os oficiais da Armada presentes insistiram em que os deixássemos contactar o Ministro da Marinha, pois, diziam eles "Ele é um tipo porreiro e certamente nos receberá, compreenderá e aceitará intervir junto do Ministro do Exército, no sentido de o convencer a reverter a decisão das transferências" (o Ministro mostrar-se-ia um tipo porreiro, pois disse aos oficiais que o contactaram às três horas da manhã "esta nossa conversa nunca existiu". Mas, o facto é que comunicou imediatamente o que se estava a passar...).

Resultado, eram cerca das 05h30 do dia 9 de Março, quando, com duas horas de sono, sou acordado pelo telefone e oiço "daqui Sanches Osório. Sai imediatamente de casa. A ida dos marinheiros ao respectivo Ministro deu raia. Foi determinado o estado de Prevenção Rigorosa. Todos têm de ir imediatamente para as suas Unidades, não haverá quem te possa raptar" (de notar que os dois sabíamos que o meu telefone estava sob escuta).

Despedi-me da minha mulher – casáramos há menos de seis meses, em plena Conspiração – a quem tinha informado que a mala feita não seria utilizada,

pois já não seguiria para Ponta Delgada ("nunca tive dúvidas disso", afirmara-me então, absolutamente solidária comigo) "dar-te-ei notícias.

Saí, pouco passava das seis da manhã, decidi ir ter com o Otelo – já que o raptor não podia ir ter comigo, era o raptado que iria ter com ele.

O caminho do Estoril, onde eu vivia, até Oeiras era curto e rapidamente cheguei a casa do Otelo, onde fizéramos algumas reuniões – menos do que as realizadas em minha casa, que fora onde mais vezes reunimos (a do Dinis de Almeida competiu com ela, até que ele foi transferido para o Norte, mas não sei se terá sido ultrapassada pelas do Vítor Alves, do Otelo e do Hugo dos Santos, por coincidência todas no Bairro Augusto de Castro em Nova Oeiras).

Ao sair do carro, vejo chegar um carro preto, com matrícula militar. Reentro no carro, pouco depois sai do edifício do Otelo, um fulano que eu desconhecia e entra no carro. Nem tempo tive de respirar fundo – não tinham vindo buscar o Otelo – chega outra viatura, igualmente preta e com matrícula militar. Volto a esperar, volta a sair outro desconhecido, que entra no carro, decidi-me por bater à porta do Otelo, nas traseiras da casa.

Após várias insistências, o Otelo abriu-me a porta – "Já que não pudeste ir ter comigo, estou aqui, para que me raptes" foi o meu cumprimento, a que o Otelo respondeu que não podia fazê-lo, pois fora intimado a comparecer imediatamente na Academia Militar, a sua Unidade.

Decidido a levar para a frente o plano de não embarque, procurámos uma solução onde pudesse esconder-me, o Otelo obteve do Manuel Monge a

hipótese de utilização de uma casa desocupada, pertencente a uma irmã e no prédio que ele próprio ocupava, em Miraflores.

Feitos contactos telefónicos entre os membros da Comissão Coordenadora, foi decidido substituir a manifestação no Terreiro do Paço por mini-manifestações nas Unidades. O que terá criado algumas situações interessantes, como a que me garantiram ter-se passado na EPI, em Mafra.

Escolhida uma delegação de três oficiais, que incluía o membro da Comissão Coordenadora, António Marques Júnior, foi pedida uma audiência ao Comandante da Unidade, por acaso o único oficial General que comandava uma Unidade do Exército.

- "Meu Comandante, o senhor sabe a razão por que foi decretada a situação de Prevenção Rigorosa"?

- "Não sei, não recebi qualquer informação", responde o Brigadeiro, sem se questionar sobre as razões que terão levado as autoridades militares a declarar uma situação tão grave, que se não verificara desde 1961.

- "Mas nós sabemos".

- "Como é? Eu não sei e vocês sabem"?

- "Sim. O ministro do Exército determinou a transferência de três capitães para as Ilhas. O Movimento impediu que eles embarcassem e nós estamos aqui para comunicar ao meu Comandante que apoiamos os oficiais transferidos e os que impediram o seu embarque".

- “Como é? Vamos ver se eu percebo. Os senhores dizem que o Ministro deu uma ordem, que não foi cumprida porque houve oficiais que impediram esse cumprimento”?

- “Sim meu Comandante”.

- “E dizem que vocês apoiam a acção dos que impediram o cumprimento da ordem do Ministro”?

- “Sim, e como lhe dissemos, estamos aqui a representar 42 oficiais da Unidade”.

- “Mas, isso é muito grave. Eu terei de comunicar isso superiormente”.

- “Mas, é precisamente para isso que nós aqui estamos. Pedir-lhe que transmita superiormente esta nossa posição”.

Resultado, os três oficiais foram surpreendidos pela atitude do brigadeiro, que começou a chorar compulsivamente – “Isto é muito grave, isto é muito grave”, provavelmente a ver a sua vida e a sua carreira militar a andar para trás.

- “Tenha calma, que tudo se resolverá”, foi a reacção dos oficiais do Movimento, que pouco contribuiu para acalmar o Comandante, que terá visto o mundo a dar trambolhões…

Nos contactos que fizemos, concluímos que estavam atingidos os objectivos possíveis com este episódio. Rápido abandonámos a hipótese de entrarmos na clandestinidade, isso criar-nos-ia problemas de natureza logística, que a nossa organização teria grande dificuldade em resolver.

Decidimos então que o Movimento iria entregar os raptados e impedidos de embarcar.

Como o Carlos Clemente demorara a sair de casa, o oficial encarregado pelas chefias militares de o fazer embarcar conseguira levá-lo ao aeroporto e fazê-lo mesmo seguir para Angra do Heroísmo.

Restava eu e o Antero Ribeiro da Silva.

No sentido de preservar os oficiais transferidos – eles até quiseram embarcar, o Movimento é que os impediu de o fazerem – havia que escolher quem, em nome do Movimento, os iria entregar.

Ora, como o Nuno Pinto Soares estava com baixa no Hospital, ainda que autorizado a permanecer na sua residência, não fora mandado comparecer na Unidade, em função da declaração da Prevenção Rigorosa, nem fora informado pelo Movimento da anulação da manifestação no Terreiro do Paço. Resultado, à hora prevista, compareceu no Terreiro do Paço e, surpreendido por não ver ninguém, rápido se informou do que estava a acontecer. Como não tinha Unidade, para fazer a minimanifestação, resolveu fazer uma declaração formal, em papel apropriado, e ir entregá-la na Direcção da Arma de Engenharia. Com isso ficou denunciado, pelo que se decidiu que seria ele a entregar-nos, tendo nós engendrado o seguinte cenário: O Pinto Soares está em casa, tocam à campainha e, pelo intercomunicador, há quem se identifique como elemento do Movimento e lhe peça para descer à porta, pois têm uma encomenda para ele. Desce e encontra apenas os dois oficiais do Movimento, que o colocam a par da situação e lhe dizem o que se pretende dele. Que os conduza ao Quartel-General da RML e ali os entregue.

É com emoção que recordo a atitude do Nuno Pinto Soares, ao pedir à Mabi, sua companheira de sempre, que deixe o seu bilhete para o concerto na Gulbenkian ao porteiro, pois ele iria lá ter, depois de nos entregar. “Ó Nuno, tu vais ficar dentro, como nós vamos ficar. Não te fies na amizade do teu pai com o Matos Duque”!

E, tal como prevíamos, assim aconteceu. Com a pequena diferença de que o Nuno passou essa noite no próprio Q.G. e nós fomos dormir a Cavalaria 7.

No dia seguinte fomos levados à Casa de Reclusão da Trafaria, não resistindo a contar alguns episódios que aí se passaram.

1. Chegados, estávamos no corredor do primeiro andar do edifício do Comando, a tratar dos papeis da nossa instalação, quando chega o Nuno Pinto Soares, acompanhado, tal como acontecera comigo e o Antero, por um oficial. Ora, acontecia que o oficial que me acompanhara a mim era o Pato Anselmo, que, como Comandante de uma força do seu RC 7, viria a ser protagonista de um episódio importante, no dia 25 de Abril, na Ribeira das Naus. Por seu lado, o oficial que acompanhou o Antero foi o Lopes Saraiva, que protagonizara o episódio que narrei, na reunião da Costa da Caparica, a 5 de Dezembro.

   Acontecia que o Nuno Pinto Soares e o Pato Anselmo eram muito amigos, o que levou este a perguntar “Ó Nuno, quem é que tu cá vieste trazer”? Surpreendido com a resposta, “Eu não vim cá trazer ninguém, A mim é que me trouxeram, pois eu é que estou preso, o "pobre” Pato Anselmo, agarrou-se ao Nuno Pinto Soares, chorando

convulsivamente, “Nuno, desculpa, desculpa”, com o preso a acalmá-lo, “Não há problema, tem calma, tudo se resolve”.

2. Fomos colocados os três no edifício dos Oficiais, no rés do chão, separados de um alferes, preso num quarto do andar superior, cada um em seu quarto, pois “estávamos incomunicáveis”. Na manhã do segundo dia, recebemos a visita de um tenente da guarnição, que pretendia saber se estávamos bem, se tínhamos tido frio e precisávamos de mais uma manta, se precisávamos de mais qualquer coisa.

“Vocês, com tantos cuidados connosco, estão mesmo à rasquinha. Recomendaram-lhes que nos tratassem bem”!

“Ó meu Capitão, não é nada disso. Nós, aqui, tratamos bem todos os senhores oficiais que vêm para cá”

“Não se preocupe. Eu só vim aqui passar uns dias, com uma missão: escolher a cama do Ministro. Ai de si se, quando o Ministro para cá vier, não o põe a dormir na minha cama! Percebeu”?

“Ó meu Capitão! Ó meu Capitão”, reagiu a medo, o tenente, ao mesmo tempo que se retirava.

Depois do 25 de Abril, vi-me forçado a ir à Casa de Reclusão, para resolver o problema criado pelo CEME, General Jaime Silvério Marques, que aí mandara prender o Varela Gomes. Ao abrir-se o portão para entrar, surge o oficial de serviço, precisamente o tenente do QSGE de que me não recordo o nome. “Bom dia! Como vai? E o Ministro”? “Está lá na sua cama! Está lá na sua cama! Quer ir lá vê-

lo”?, responde-me um atrapalhado tenente, enquanto me faz a continência…

3. No dia 12 de Março, assistimos ao miserável episódio da “Brigada do reumático”. Confesso que, ao ver a sua transmissão na RTP, chorei de raiva, com exclamações que não recordo, onde gastei algum do português vernáculo.

A caminho dos Açores

No dia 15 de Março, sou chamado pelo Comandante da Casa de Reclusão – o capitão do QSGE Roque – que me comunica que seguirei nesse mesmo dia para Ponta Delgada. "Ok, preciso de telefonar à minha mulher”. Surpreendido, ouço o meu interlocutor “Não pode”! Calmo, mas decidido, afirmo: “Vamos ver se nos entendemos. Eu preciso de falar com a minha mulher. Se me não autorizarem informo que só sairei daqui se me enfiarem numa camisa de forças. E acrescento que, para que isso aconteça, terão de trazer um pelotão, pois enquanto eu conseguir, atirarei todos os que tentarem vestir-me essa camisa, pela janela fora. A começar em si, que será o primeiro”! “Deixe-me fazer um telefonema”. “Faça os telefonemas que quiser”. Depois de um telefonema, informa-me que posso telefonar à minha mulher. Telefono-lhe para o Colégio da Alameda, em Oeiras, onde era professora, peço-lhe para ir a casa buscar a mala feita anteriormente e levar-ma ao aeroporto, pergunto se tem transporte, diz-me que uma colega a levará ao Estoril, mas para o aeroporto não tem transporte. “Ok, vou resolver o problema”. E virando-me para o capitão Roque “Preciso de uma viatura, que vá buscar a minha mulher ao Estoril e a

leve ao aeroporto". "Não pode ser", é a resposta que ouço. "Camisa de forças"! Remédio santo! O capitão Roque voltou a telefonar e rápido arranjou uma viatura para transportar a minha mulher

Acompanhado ao aeroporto por um outro capitão, também do QSGE, surdo que nem uma porta, cheguei e encontrei a minha mulher à minha espera (chegariam depois os meus irmãos), junto às partidas dos voos internos. Comecei a falar com ela e o meu acompanhante esticava o pescoço, procurando ouvir as nossas conversas. "Que é isto? Já não posso falar com a minha mulher, em privado? Desapareça!". E o pobre do capitão lá se deslocou para uma distância de cerca de 15 metros, mostrando-se altamente preocupado, não fosse eu tentar fugir.

Ao entrar na sala de embarque, deparei com um cenário deveras kafkiano: procurando passar despercebidos, apesar do "selo na testa", vestidos com gabardine, tentando esconder-se atrás das colunas, uma série de agentes da PIDE/DGS, compunham um cenário que nunca tinha vivido. "Ena, tantos! E eu que julgava não ser importante! Escusam de tentar disfarçar!", clamava eu, em voz bem alta, com a minha mulher a tentar que eu não desse escândalo. Chegou a hora do embarque, despedi-me da família, desci as escadas de madeira que levavam à pista. De repente, lembrei-me de qualquer coisa que queria dizer à minha mulher, parei e voltei para trás, subindo os degraus. Ao chegar ao cimo, sou surpreendido pelos homens da gabardine que, num instante, fazem uma barreira atrás da minha mulher. "Que é isto? Não posso falar com a minha mulher? Se quisesse fugir, já o tinha feito. Desapareçam!". Atrapalhados, recuaram e eu pude dizer à minha mulher o que queria. E, depois de mais um beijinho, lá desci as escadas e me dirigi ao avião. Aí, o meu aspecto pouco recomendável – fizera

questão de não fazer a barba nesses seis dias, vestia um camisolão dos pescadores da Nazaré, que o Otelo me emprestara – chamou a atenção aos tripulantes, sendo abordado pela hospedeira, que me perguntou se eu era o capitão que estivera preso porque não embarcara quando devia. Confirmei esse facto, o certo é que tive um tratamento VIP, que incluiu fazer a aterragem no cockpit. Ainda hoje estou convencido de que a tripulação, nomeadamente o piloto, não seria nada adepta da situação política …

Chegado a Ponta Delgada, numa sexta feira, fiz questão de me apresentar ao Comandante Chefe da Zona Militar, Almirante Braga da Silva, tal como fizera a viagem: à civil e com um aspecto nada recomendável. Nessa apresentação, sou surpreendido com uma situação surreal, algo kafkiana mesmo. Vejamos o diálogo que mantive com o Almirante, Comandante Chefe: "Senhor Capitão, eu sei que o Senhor foi para aqui transferido em condições muitos especiais e delicadas. Mas, eu gostaria que isso não impedisse umas relações leais e correctas entre nós os dois. "Senhor Almirante. Eu estava na minha Unidade, tranquilo, quando sou chamado à presença do respectivo Comandante que me comunica que eu fora transferido, por razões de serviço e por decisão pessoal do próprio Ministro do Exército, para Ponta Delgada, sendo que o embarque se daria no dia seguinte. De imediato informei o meu Comandante de que considerava a medida injusta, abusiva e inaceitável, da qual iria apresentar a respectiva contestação, acrescentando que, como militar disciplinado, cumpriria a ordem mas dela recorreria, através de todas as medidas possíveis e legais. Aconteceu que, preparado para seguir para o aeroporto, sou raptado por elementos do Movimento das Forças

Armadas e impedido de embarcar, portanto de cumprir a ordem. Posteriormente, o MFA, confiante que já atingira os seus objectivos, decide entregar-me às autoridades militares. Estas, prendem-me durante sete dias, passados os quais me transportam ao aeroporto e me impõem a viagem para Ponta Delgada. Como é natural, não concordando com a situação, vou reagir, utilizando, como já afirmei todos os meios e poderes ao meu dispor. Garanto-lhe, Senhor Almirante, que isto não fica assim. No entanto, quero garantir-lhe também que, enquanto oficial do Quartel General, sob o seu Comando, poderá contar com a minha lealdade. Que exijo seja recíproca. Se assumir outras atitudes, certamente lhas comunicarei". Seguiu-se um grande suspiro de alívio do Almirante, "Era isso que eu esperava de si. Muito obrigado. Acontece que tenho previsto partir, em viagem de serviço, para Angra do Heroísmo e para a Horta, na próxima segunda feira, acompanhar-me-á o meu Chefe de Estado Maior, pelo que o Senhor Capitão será o oficial mais antigo que ficará no Quartel General, por isso, terei de lhe entregar o Comando do mesmo, enquanto estivermos ausentes". Surpreendido, afirmei " Senhor Almirante, pode ir descansado, que eu não aproveitarei para fazer qualquer golpe". "Muito obrigado"! E foi assim que, três dias depois, estava no aeroporto, já devidamente barbeado e fardado, e me despedi do Almirante Comandante Chefe, desejando-lhe boa viagem. Aeroporto onde voltei uma semana depois, dando as boas-vindas e devolvendo o Comando ao Almirante, com um "Bem-vindo, devolvo-lhe o Comando do Q.G.", assistindo a um suspiro de alívio do mesmo, com um "Muito obrigado. Muito obrigado".

Entretanto, a vida continuava, com o Movimento a avançar, no sentido de levar a efeito as decisões assumidas em Cascais.

Do 16 de Março ao 25 de Abril

A minha transferência provocara uma forte perturbação na Direcção do Movimento. Desde logo, a ausência de um responsável e coordenador pela Ligação interna, o que viria a revelar-se determinante, no fracasso da aventura do 16 de Março, também conhecida por *intentona das Caldas da Rainha*. Tentativa de golpe militar, forçada pelos spinolistas/espúrios, ansiosos por recuperarem do fracasso da reunião de Cascais. Feita de acordo com o que todos tinham tentado, ao longo de 46 anos e Luís Banazol defendera - há uma Unidade que sai, as outras saem a seguir e o regime cai - estratégia clara e frontalmente contestada e recusada por mim.
Improvisada, organizada "em cima do joelho", é bem o exemplo da incapacidade e incompetência de quem tinha prosápia de "grandes militares", mas possuía muito pouco sumo.
Em Ponta Delgada, surpreendido pelo fracasso, confesso ter passado por tempos de desânimo e desabafo - "cambada de incompetentes, faltei lá eu, só fizeram asneiras". Longe estava de conhecer os pormenores do que se passara, a leviandade de Otelo, que não aceitou a opinião do Vítor Alves e se deixou arrastar para uma aventura que poderia ter posto em causa todo o esforço do Movimento. Felizmente, vá-se lá saber porquê, ainda há quem acredite em milagres, o Otelo não foi detectado, não foi preso, acabou por aproveitar e pôde organizar, planear e executar uma operação militar, de forma

exemplar, que considero a mais bem realizada pelas Forças Armadas portuguesas, ao longo da sua História.

Pessoalmente, só descansei quando, no dia 22 de Março, o Melo Antunes se me juntou no QG. de Ponta Delgada. "Não há problemas. Não fomos decapitados, tudo continua em frente, temos de preparar a nossa intervenção, aqui em S. Miguel.

E lá fiquei eu "fora da fotografia", não podendo participar activamente, enquanto primeiro responsável operacional, lugar que ocupara desde o início do Movimento até à minha ida para Ponta Delgada. Como digo, "com o Otelo, correu bem. Comigo, falta fazer a prova"! Em Ponta Delgada, com o apoio do Melo Antunes, continuei a Conspiração, preparámos as forças para várias hipóteses, não tivemos de enfrentar nenhuma delas, principalmente porque o Almirante Comandante Chefe aceitou de imediato colaborar com o MFA.

Ao analisarmos as diversas hipóteses da nossa intervenção, fui alertado pelo Melo Antunes de que, para além das óbvias situações previstas de apoio à acção a desenvolver no Continente, teríamos de ter em conta a possibilidade de Marcelo Caetano manter e concretizar um plano de Salazar - face a um golpe no Continente, fugir para Ponta Delgada e daí pedir o apoio dos aliados - "Coloco apenas uma condição: serei o Comandante da guarda de honra ao aeroporto, pois nada me dará maior prazer que telefonar ao Otelo e dizer-lhe que se não preocupe, pois o Marcelo já está dentro".

Felizmente para o MFA, tudo se resolveu bem e depressa, pessoalmente não tive o prazer de "ficar na fotografia”. Depois da impossibilidade de comandar as operações, devido à minha ausência

do Continente, a "foto dos notáveis não contava efectivamente comigo"...

O facto é que, para além de ter a minha "Lua de mel" (casados em plena Conspiração, 29 de Setembro, não tivéramos tempo para isso e só a ida da minha mulher a Ponta Delgada para passar as férias da Páscoa nos permitiu a sua realização); para além de ter corrido toda a ilha de S. Miguel (das melhores paisagens que conheci até hoje) com os filhos do Melo Antunes como guias, apesar da sua tenra idade; para além de ter contactado os amigos do Melo Antunes que com ele conspiravam há muito contra a ditadura, para lhes incutir algum ânimo, força e esperança (tive o prazer de há alguns anos ter revisto um deles, o escritor José Dias de Melo que, ao nos apresentarem, afirmou "Nós já nos conhecemos. Estive consigo numa reunião com o Melo Antunes, pouco antes do 25 de Abril e, quando essa reunião terminou, nós dizíamos uns para os outros 'isto, agora vai. Com tipos com esta força e determinação, isto vai!' E, o facto é que foi"; consegui montar um dispositivo para assumirmos o Poder em S. Miguel: eu e o Melo Antunes assumiríamos o controlo do Q.G. - se fosse necessário, prenderíamos o Almirante Comandante Militar, o tenente Luís Melo Cabral assumiria o controlo do Regimento dos Arrifes e o capitão Vítor Rito, Comandante da Unidade de Artilharia, obedeceria às ordens recebidas do Q.G., sem querer saber quem estava no Comando do mesmo.

Aproveitando a passagem por Ponta Delgada do capitão Estevinho da Força Aérea, entreguei-lhe um código, pedindo-lhe que o desse ao Otelo, com a recomendação de que o enviasse em telegrama para a sogra do Melo Antunes, assim que fosse possível informar-me da data

da acção militar. Com a recomendação de que o destino indicado correspondesse efectivamente ao local para onde partiria nesse dia um avião.

E foi assim que no dia 24 de Abril, perto do meio dia, a Gabriela, mulher do Melo Antunes recebeu um telegrama com o texto **Tia Aurora segue EUA 25.03.00. Um abraço. Primo António.** Ao chegar a casa, cerca das 17h15, Melo Antunes é surpreendido pela Gabriela "Ó Ernesto, quem é a tia Aurora? E quem é o primo António? Já telefonei para as Furnas, falei com a minha mãe, que me disse não saber responder, mas que isto deve ser um assunto teu". "Eu não te tinha dito que havia de chegar um telegrama dirigido à tua mãe, que era para mim?", responde o Melo Antunes, enquanto pega no papel e sai para regressar ao Q.G.

Aconteceu que, por coincidência, eu estava de oficial de dia, em pagamento a uma troca com um alferes, que me tinha substituído num dia em que eu tivera um torneio de bridge. Estava eu no refeitório das praças, a controlar o jantar, na gíria militar a terceira refeição, quando chega um soldado a dizer-me que o senhor major Melo Antunes pedira para eu ir falar com ele.

Fui ao seu encontro, numas escadarias exteriores no Q.G., falámos num patamar das mesmas. Com ar muito sério, o Ernesto estende-me um papel, "Vê". Pego no papel, que vejo tratar-se de um telegrama e leio o código por mim enviado ao Melo Antunes. "25.03.00! Mas, é esta noite!". "Pois é", afirma o meu camarada. "Meio caminho andado, comigo oficial de serviço! Vamos preparar-nos e actuar".

Nunca terei feito um serviço tão rigoroso, com tantas precauções. Comecei por chamar o Melo Cabal, que me apareceu em fato de treino,

pois andava a fazer jogging, emprestei a minha pistola ao Melo Antunes, que foi para casa, fiz o resto do serviço armado de pistola metralhadora.

Sabendo apenas que tudo começaria às três da manhã - uma da manhã, em S. Miguel, devido à diferença dos fusos horários - pensei "se fosse eu, deitaria as mãos a um emissor de radiodifusão, para o utilizar como meio de comunicação com a população civil e como meio alternativo, para a ligação com as minhas tropas, em caso de falhanço das comunicações". O que, como sabemos, acontecia mais vezes que o desejável. "Será que o Otelo pensou o mesmo? E, se pensou, que emissor escolheu?".

Pus-me, então a correr os postos rádio, no pequeno aparelho do gabinete do oficial de serviço. Depois de muito zapping, sempre com uma grande ansiedade, cerca das 02h20, 04h20 no Continente, caio num posto português e ouço "pede-se à população que não saia de casa, pede-se aos médicos e outros profissionais da saúde que acorram aos hospitais", seguindo-se uma marcha militar, que desconhecia.

Hoje poderá parecer fácil afirmar que o teor das palavras apontava para que o comunicado fosse nosso, mas, naquele momento, a única coisa que me ocorreu foi perguntar, em voz alta, "é nosso, ou é deles?. E, repetindo vezes sem conta esta pergunta, passeava no gabinete, de um lado para o outro e com o passo apressado, até que a marcha militar foi interrompida e eu ouvi "Aqui, Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas ..."

Certo de que íamos ganhar, dou por mim aos saltos, gritando que nem louco "Ganhámos! Ganhámos! Ganhámos!". Seguiu-se um contacto com o aspirante David Lopes Ramos, o meu elemento de ligação com

os oficiais milicianos e futuro prestigiado jornalista. Descrente na acção dos militares - dizia, contrariado por mim, que "os militares não derrubarão a ditadura, isso só será viável através do povo", fora por mim surpreendido quando, nesse dia depois do jantar, o chamei e lhe perguntei "Você sabe rezar?". "Porque me faz essa pergunta, capitão?". "Porque, se soubesse, eu mandava-o rezar!" Ainda estou a vê-lo, "Não me diga! Não me diga que é esta noite?". "Sim, é esta noite! Vamos preparar-nos, de acordo com o combinado". Chegado ao quartel, cerca das cinco da manhã, viria a ajudar-me a contactar o Melo Antunes, que não acordava com o telefone (teve de ir a sua casa) e foi essencial para, através da escuta da radiodifusão, nomeadamente da BBC, me ir colocando a par da evolução dos acontecimentos.

Quanto ao controlo da situação pela nossa parte, tudo foi calmo e eficiente. O Almirante não levantou quaisquer obstáculos, nomeadamente depois de me pedir para o pôr em contacto com o posto de Comando do MFA e daí receber indicações de que passaria a obedecer ao capitão Vasco Lourenço e ao major Melo Antunes.

A ocupação das sedes da PIDE/DGS e da LP foram pacíficas, com episódios interessantes.

No dia 28, cerca das 22h00 locais, regressei ao Continente, aqui cheguei cerca das 02h00 do dia 29.

Relembro a conversa com o Almirante, quando me despedi e lhe agradeci o seu comportamento: "O senhor capitão tem um feitio difícil". "Senhor Almirante, não sei o que se passou nos outros locais, mas quando o souber, o Senhor Almirante vai agradecer-nos a forma como o tratámos".

Mais tarde, era eu Comandante da RML, o Almirante teve necessidade de me ouvir num processo de que era o oficial averiguante. "Senhor Almirante, lembra-se da nossa conversa, quando me despedi de si e regressei ao Continente? Que me diz?". "Tinha razão. Só tenho de lhes agradecer, a si e ao senhor major Melo Antunes".

À chegada a Lisboa, tinha no aeroporto à minha espera, além da minha mulher e dos meus irmãos, o Otelo e a mulher, o Hugo dos Santos, o Rui Rodrigues e o Avelino Rodrigues.

Lembro o que o Otelo me disse, "Fizeste-me cá muita falta. Se cá estivesses, ter-me-ias comandado uns grupos que falharam as missões que lhes dei". Com um sorriso e um abraço, retorqui "Se cá estivesse, provavelmente serias tu a comandar, para mim, esses grupos que falharam as missões. Mas, tudo bem! Contigo, tudo correu bem! Comigo, nunca se saberá! Dá cá um abraço".

Aí, ainda tive que ouvir do Hugo dos Santos a afirmação de que "fora ele e mais uns coronéis que, ao contrário do que se dizia ter sido o Otelo, haviam feito a Ordem de Operações. Que tínhamos de falar, para me contar o que efectivamente se passara". O facto é que, apesar de o Hugo dos Santos, mais tarde, me ter criticado por não o ouvir a ele, mas sim ao Otelo, apesar de me ter garantido, por várias vezes, que tinha uns papéis comprovativos disso, num cofre no estrangeiro, apesar de me ter prometido entregar esses documentos, quando passassem 25 anos do 25 de Abril, nunca vislumbrei esses papéis, nem sei de quem os tenha visto. O que me levou a, precisamente nos 25 anos, com o Hugo a dizer-me que "ainda não era ocasião, para me entregar os papéis", dizer a esse meu amigo capitão de Abril "És um aldrabão, não tens documentos nenhuns". A caminho de casa, tive

oportunidade de ouvir a minha mulher afirmar-me que não gostara nada do que assistira, enquanto me esperavam, "O Otelo é que fez tudo, quem aparece na televisão é o Vítor Alves", foram as queixas e lamentos ouvidos à Dina, mulher do Otelo.

Foi com este espírito, confuso e com algumas dúvidas e preocupações, que, no dia seguinte, cerca do meio dia entrei na Cova da Moura, onde se instalara a Junta de Salvação Nacional e, por acção meritória do Franco Charais, fora montado o Posto de Comando do MFA, depois da saída da Pontinha. Confesso que, ao chegar, a sensação que tive foi a de "estar numa guerra, que não era a minha". Eu, que conhecera todos os conspiradores, até ir para os Açores, via muitos mais desconhecidos que companheiros da caminhada que ali nos trouxera. Com um pormenor, a cor dominante não era o Verde, mas sim o Azul. E, de uma certeza me convenci rapidamente: os meus camaradas da Comissão Coordenadora, da Direcção e do MFA ***não haviam preparado o dia seguinte.***

O que me levou a outra luta, que denominei de contra conspiração, em que me empenhei com igual intensidade e determinação como me envolvera na Conspiração, mas que, apesar de "não ter terminado", não cabe tratar neste texto.

11 de Agosto de 2023

*** Capitão de Abril, Presidente da Direcção da A25A**

SETE ANOS ANTES DO 25 DE ABRIL EU VI UMA LUZ AO FUNDO DO TÚNEL

AVELINO RODRIGUES*

O 25 de Abril não caiu do céu aos trambolhões. Nem foi importado da guerra da Guiné, assim sem mais nem menos. Tenho escrito que o processo do 25 de Abril é um rio com muitos afluentes, o primeiro dos quais nasceu no quartel das Caldas da Rainha, em 1966/67. Falo da fita do tempo, mas não só, como há-de ver-se. O meu testemunho vale quanto vale o peso do meu crédito profissional e pessoal, não resulta de citações nem bibliografias eruditas ou pseudo, é uma fonte directa do que eu vi e convivi. Nem sequer aceito discutir a validade da "história oral", pois sei que tudo começa por um primeiro testemunho, que pode tornar-se guião ou pista ou carreiro humilde para um aprofundamento crítico, capaz de resistir à prova de falseabilidade.

O cenário e os actores

O autor apresenta-se primeiro. Fui parar por acaso ao Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha, como capelão da Unidade, em 1966. (As voltas que a vida dá!). Alguns dos leitores talvez me reconheçam como um dos "cronistas da revolução", título honroso que se agradece ao brigadeiro Pezarat Correia, mercê de uma trilogia sobre o processo do 25 de Abril que publiquei com os meus amigos e camaradas de profissão, Cesário Borga e Mário Cardoso, a saber, "O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril" (editado em 1974), "Portugal Depois

de Abril" (1976) e "Abril nos Quarteis de Novembro" (1979). O meu nome já era então conhecido como jornalista de "O Século" e do "Diário de Lisboa" e de outras andanças que não vêm ao caso.

Em 1965, o RI5 era um regimento nuclear da formação de sargentos milicianos (CSM) com seis companhias de instruendos, além das duas companhias permanentes de soldados "prontos", Formação e Caçadores, ao todo mais de mil e duzentos homens, que fui chamado a ajudar. A princípio, eu não pertencia à "família militar", não tinha farda nem galões e também não tinha ordenado, o que me dava um certo ascendente moral (ou eu pensava que sim). Só mais tarde é que fui graduado em tenente, facto consumado e sem consulta prévia.

RI5-Edifíco do comando de 1967. Foto atual com o autor Avelino Rodrigues

Ainda me lembro daquele dia 08SET66, quando entrava a porta de armas. A sentinela empertigou-se, bate a pala ombro-arma e diz: *"o nosso sargento da guarda quer falar-lhe"*. Tocou à campainha e vem-me o sargento pressuroso: *"o nosso oficial de dia quer falar-lhe"*. E este: *"o nosso comandante quer falar-lhe"*. Assim, hierarquicamente. Bati à porta do comandante, o coronel Serrano levanta-se como uma mola, dá volta à mesa de trabalho, e avança com um abraço vigoroso e três pancadas nas costas: *"Parabéns!"*. Já vinha atrás dele o segundo comandante, mais um abraço e três pancadas nas costas: *"Parabéns!"* E depois veio o major do CSM, e o mesmo ritual. Deixei-me abraçar, nem tempo me deram para reagir, só depois: *"Senhor comandante, eu estou muito comovido com os parabéns e os abraços, mas já agora faça favor de me dizer porquê"*. O coronel ficou mais espantado do que eu: *"O quê? então não leu a Ordem do Dia?* E eu: "Entrei agora na Unidade, e a sentinela… e o sargento da guarda… e o oficial de dia…" Mais uma rodada de abraços: *"Parabéns outra vez, agora já é da família militar, vem na Ordem do Dia"*! Deu-me a ler a OD: capelão graduado em tenente. E lá tive de comprar as fardas n.º 1 e n.º 2, que raramente usava.

RI5 – casernas

O meu ar contestatário e um assumido espírito arejado – que me levou, por exemplo, a suprimir a missa campal na parada dos juramentos de bandeira – e, vá lá, algum sucesso na contenção de excessos militaristas criaram-me um certo

prestígio no quotidiano do regimento. O grupo de oficiais era constituído por meia centena de oficiais do quadro permanente (QP), maioritariamente alferes e tenentes. Eles tinham saído dos últimos cursos da Academia Militar, conheciam-se todos, e esta circunstância inspirava o "espírito de corpo" e estimulava o brio de cada um, em sã competição profissional. Quase todos solteiros, isolados no quartel, sem laços de integração na sociedade daquela cidade de província, poucas escapatórias tinham, além da "Pastelaria Zaira", na Praça da República, que se tornou seu refúgio habitual, praticamente interdita a soldados e sargentos. Além, claro, do "passeio dos tristes" a São Martinho do Porto ou um jantar de farta-brutos, na Tornada.

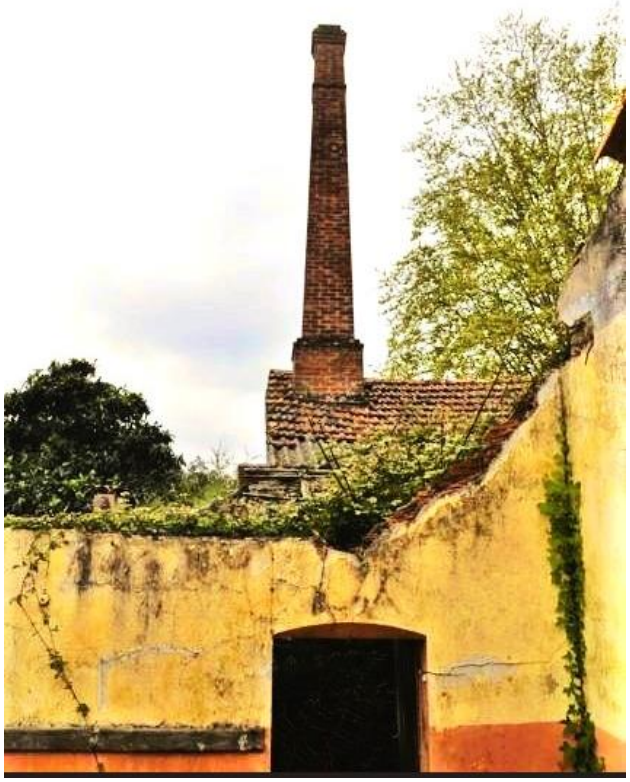
Ora, eu também tinha a meu cargo a freguesia dos Vidais, a seis ou sete quilómetros do quartel. A casa paroquial passou a ser o ponto de encontro do nosso grupo de jovens oficiais do RI5, para jantaradas e discussões pela noite dentro. Ao contrário da messe de oficiais, onde as críticas ao regime e a questão colonial apenas se balbuciavam em voz baixa, acontece que, naquele ambiente recatado, podíamos falar à vontade. Nesse ano de 1966 o tenente Vasco Lourenço (que comecei a observar como líder natural do grupo) foi nomeado responsável da sala de oficiais, era ele que afixava ao balcão do bar um convite enigmático convidando os interessados a participar numa "sessão dos *Cursillos* de Cristandade" em casa do capelão (logo eu, que até criticava aquele método espanhol de conversão apressada, muito em voga na época e que eu considerava uma espécie de lavagem ao cérebro!).

A primeira vez que as línguas se soltaram

O grupo cresceu rapidamente, já éramos mais de vinte, a casa tornou-se pequena e tivemos que ocupar um terreno da paróquia, entalado entre a igreja e a estrada de Rio Maior (onde mais tarde se fez um campo de futebol). Gritava-se acaloradamente. A curiosidade dos paroquianos que se orgulhavam de ver tantas fardas em meu redor, fez-me soar as campainhas de alarme. Para mais, residia na aldeia o presidente da Câmara, primeira autoridade da União Nacional no concelho, em cuja casa vivia também o seu genro, major Monroy, oficial prestigiado do Cinco. Um e outro eram simpáticos comigo mas não tinham nada a ver connosco, antes pelo contrário.

Foi então que mudámos para a Matoeira, a três ou quadro quilómetros do quartel, onde, entretanto, eu tinha convencido o António Jacinto, padeiro, (na foto) a improvisar um pequeno restaurante na adega anexa à padaria.

Na adega anexa à padaria de António Jacinto, na foto, realizavam-se reuniões clandestinas



Chaminé da padaria do António Jacinto, na Matoeira, Caldas da Rainha

"Deixe tudo como está, mesmo as teias de aranha nos toneis, mas limpinho, só o chão de terra batida tem de ser cimentado (porque é muito frio de inverno) e é preciso um grande grelhador no pátio, e já está". A obra fez-se num mês, e assim passámos a ter um "restaurante exclusivo", que podíamos reservar só para nós, quando entendêssemos, era só dizer. Um recanto de rústica simplicidade: um lagarzinho antigo com um tronco de pinheiro de través e uma pedra pendurada na ponta, a servir de prensa romana, e uma mesa comprida no meio dos toneis, tudo aberto para um pátio espaçoso de patos e galinhas, onde cabiam os nossos carros todos "clandestinamente". E clientes? Tranquilizei-o, que deixasse isso a meu cargo, só era preciso que oferecesse o jantar da estreia, vinte quilos de carne para

vinte convidados! *"Um quilo de vaca por cabeça?"* espantou-se o Jacinto pagador. *"Vai ver que não sobra nada pela noite dentro"*, afiancei. Respirou, quando me ofereci para apresentar a minha especialidade culinária, aliás única, uma espetada à moda da Madeira em pau de louro verde, sem molhos, só uma pitada de sal sobre as brasas, melhor em sangue, talvez umas batatas fritas, talvez uma salada simples. Carne e vinho e pão, mais nada, como lá na ilha. Era sucesso garantido. O Jacinto aprendeu a receita rapidamente e, em breve, me libertou da tarefa.

Ficou também combinado que, no fim da mesada, ele próprio nos deixaria sozinhos e fechava a porta da adega, deixando-nos numa clandestinidade romântica, ah! e com um pau de giz no tampo da pipa para marcarmos a quantidade de jarros, que se esvaziavam enquanto o diabo esfrega um olho, como só Deus sabe. Eu olhava para aquilo e, à vista daquele lagar dos tempos de Júlio César, vinha-me à ideia que gregos e romanos apreciavam muito o *"simposium"* (copos em conjunto entre amigos para molhar a palavra). Era isso, enquanto se bebem uns copos, trocam-se ideias e desabafos à vontade, é tudo mais humano e natural que um debate no senado ou um congresso maçador. Simpósio realmente era o que acontecia, o lagar do Jacinto. Soltavam-se as línguas e falava-se de tudo.

A dada altura eu parava de beber, para poder conduzir as coisas. Da minha experiência anterior, trazia a prática da condução de reuniões de grupo: deixar as pessoas falarem, cabendo-me apenas alimentar a fogueira com algumas "buchas", para que a conversa não parasse ou descambasse. É verdade que eu conhecia as grandes linhas da política internacional e estava por dentro da Oposição Democrática contra a Ditadura e a guerra colonial. Se algum mérito tive, o maior foi o de estar atento, criando condições para que este grupo da nova geração militar pudesse encontrar-se para tomar consciência dos seus problemas comuns.

Não havia tabus. De religião falava-se pouco, apenas uns remoques ao bafio das sacristias e as pequenas histórias do tradicionalismo bacoco, mas nesse ponto eu não podia estar mais de acordo. De início, o tema mais quente era a queda da Índia dita portuguesa e consequente perseguição ao general Vassalo e Silva e aos militares que o Regime culpara da derrocada imparável (*"só regressam heróis ou num caixão de pinho"* - terá cominado o ditador ou assim se dizia, para o caso tanto faz). E depois em catadupa: o assassínio de Humberto Delgado (*"se fazem isto a um general, o que não fariam a nós"?*) e as peripécias da Revolução da Sé, em 1959, e do golpe de Beja, em 1 de Janeiro de 1962, deste assunto não sabiam nada, eu é que lhes contei. E por aí adiante: o desvio do "Santa Maria" com destino a Angola com o Henrique Galvão, outro militar, apelando às colónias africanas *"libertem-se, que nos libertam"*; e mais, o pronunciamento do general Botelho Moniz, em Abril de 1961, que lixou o Costa Gomes, e a "boca" de Salazar (para Angola, *"rapidamente e em força"*); enfim, a forma como Salazar tinha depurado as Forças Armadas, tornando-as coniventes com o governo etc. etc. Tudo isto sobre o pano de fundo já batido e rebatido, ou seja, a acusação de incompetência profissional das chefias militares, que estariam arrastando as Forças Armadas para a ruína, preparando-se o governo para responsabilizar os militares pela derrota inelutável, como o fizera na Índia. Protestavam que não queriam ser o suporte de uma política sem saída, nem o bode expiatório da derrocada do império. Embora balbuciando, começavam a discutir o pensamento único que Salazar tinha imposto à Nação: *Não discutimos a Pátria e a sua história, não discutimos a Autoridade e o seu prestígio, não discutimos a Família e a sua moral*.

Em boa verdade, não se ouvia uma palavra contra a guerra colonial, era apenas uma revolta ética e profissional duma nova geração que "sabe tudo" e não

acreditava nos velhos, mas tinha razão. Ainda não falavam da "brigada do reumático", mas haviam de lá chegar.

Diário de Lisboa

O acesso dos milicianos ao quadro permanente

BATALHA NAVAL NO GOLFO DO SUEZ

Cemitério clandestino

CAMBOJA: ÚLTIMAS 24 HORAS DE BOMBARDEAMENTOS

Allende denuncia o "terrorismo da direita"

32 PÁGINAS INCLUINDO "ECONOMIA"

Agostinho venceu o contra-relógio

Primeira Notícia do Movimento, DL 14/08/73

A novidade deste despertar da consciência política nas Caldas da Rainha desmente, quanto a mim, a turba de "bem-pensantes" que levam cinquenta anos a repetir a lengalenga, segundo a qual a revolta dos militares do 25 de Abril não seria mais que uma reivindicação salarial. A reivindicação corporativista veio a surgir de facto, mas foi seis anos mais tarde. Para sustentar essa tese, é preciso ignorar tudo o que se passou neste país desde a campanha de Humberto Delgado e o seu "Movimento Militar Independente", em Março de 1959, chama que se manteve acesa nos quarteis através da revista clandestina *"Tribuna Militar"* (o jovem Pezarat Correia era um dos redactores). Aliás, não era preciso ser de esquerda para contestar politicamente a colonização, como se viu aquando da

repressão dos algodoeiros da Baixa do Cassange, em Janeiro de 1961. É certo que não foi conhecido publicamente o relatório oficial da operação, mas o que ele revela para a história é a repulsa política da exploração colonial por parte dos pilotos que tinham bombardeado os revoltosos. Veja-se o texto do próprio comandante da 2.ª Região Aérea de Angola, responsável pelo massacre. Textualmente, o brigadeiro Pinto Resende descreve para o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea o sentimento dos pilotos portugueses que foram envolvidos na defesa da exploração algodoeira: *"Os concessionários que são os ricos só têm benefícios, enquanto os agricultores que são os pobres, os desgraçados burros de carga dos pretos, são quem arrasta com todos os prejuízos. Não estamos dispostos a morrer para servir ganâncias e egoísmos de senhores que têm responsabilidades no regime político em que vivemos"* (apud Fernando Valença in *As Forças Armadas e as Crises Nacionais*, ed. Europa-América, 1977). A citação documenta que desde o começo da guerra existiram razões politico-sociais na contestação militar. É um facto que o Regime conseguiu abafar esta reacção política inicial, mas a minha experiência do RI5 testemunha o ressurgimento da consciência política dos jovens oficiais nos preliminares da conspiração do 25 Abril. E com esta deixa, volto aos nossos encontros da Matoeira.

Avelino Rodrigues visitou o local das reuniões secretas, na Matoeira

De 1966 a 1968, os nossos encontros continuavam frequentes, embora não periódicos, dois anos ou pouco mais. Um dia inscreveu-se na lista do bar de oficiais um capitão veterano recém-chegado às Caldas com experiência de guerra na Índia, em Angola e em Moçambique. Contava com alguma mágoa histórias recalcadas do terreno de combate, que escandalizavam a rapaziada: *"se fosse eu, não fazia"*, diziam todos. E ele: *"meus amigos, eu não estou assim tão certo, no cenário da guerra às vezes a gente enlouquece…"*. Eles persistiam na repulsa e até lembravam Nuremberga e de como nunca mais um militar se poderia desculpabilizar de atrocidades, alegando obediência a ordens iníquas. "*E se perdermos a guerra? E se ficarmos prisioneiros?"*.

Falava triste o veterano, meias palavras prudentes. Mas fez-me recordar a narrativa bruta, sem filtros, que ouvi da boca dum matarruano das berças, ainda meio atordoado pela guerra do mato, que aqui reproduzo de cor, tal como ele a desembuchou. Estava eu no gabinete, atendendo soldados do Cinco, uns vinham pedir ajuda para se safarem de encrencas da tropa, outros precisavam de um conselho sobre isto e sobre aquilo, e um ou outro apenas queria ser ouvido por alguém com paciência, enfim o normal. Mas o normal evaporou-se num ápice, quando me entra a porta o tal mocetão calejado de Angola, ainda estou a vê-lo a sentar-se impante, com o seu troféu de guerra sobre a minha secretária, um frasco imundo com uma mixórdia lá dentro: *«Veja, foi tudo o que eu ganhei no Ultramar»*. Tive um pressentimento: «*tira já essa porcaria daqui!*» O pobre rapaz não se desmanchou. «O *pelotão tinha caído numa emboscada no mato, alguns camaradas ficaram feridos, carregámos sobre os turras com rajadas de G3, eles fugiram como macacos mas deixaram um gajo meio morto, então o cabo deu-lhe um pontapé na cabeça e nós caímos sobre ele com as nossas facas de mato, cortámos-lhe os dedos e a ponta do nariz e a picha ainda quente, todos*

queriam era os tomates dele, mas o cabo deu um berro (pára, cabrão, pára, os tomates é para mim). Calhou-me esta orelha para amostra, lá na companhia deram-nos uns frascos com formol, e pronto, a minha madrinha de guerra levou-me a Fátima agradecer a Nossa Senhora, eu queria deixar o frasco na capelinha das aparições, mas a madrinha ralhou-me e não deixou, agora vou mostrar isto ao meu pai, que é um bêbado desgraçado mas vai à missa ao domingo e até se confessa na Páscoa da ressurreição. E pronto, já está!».

Palavras para quê? digo eu, agora. Resta-me o conforto de pensar que, entre este grupo de oficiais do Cinco, apenas um, que eu saiba, se terá envolvido em atrocidades da guerra, e esse nunca foi à Matoeira.

Naquele grupo, talvez só eu me tenha apercebido de que, se esta experiência se replicasse noutros grupos militares, o Regime teria os dias contados, à medida que o monólito do Estado Novo (Deus-Pátria-Família) se esboroava no ridículo e na contestação da juventude militar. Só não sabia quando, mas quase apostava que o mesmo contexto (a guerra e a ditadura) aliada à uniformidade dos agentes dispersos (os militares descontentes) provavelmente produziria o mesmo resultado. Não direi o mesmo, mas análogo ou parecido, porque as circunstâncias e os agentes não são uniformes como os números, são variáveis, e as pessoas muito mais. E foi assim que, sete anos antes do 25 de Abril, eu vislumbrei uma luz ao fundo do túnel.

Termina aqui a narrativa da Matoeira, que bem merece umas linhas de despedida. É que a ideia do restaurante pegou mesmo, atraindo outros clientes do quartel e também um grupo de professores da Escola Industrial e Comercial, onde eu também dava umas aulas. A fama do lugarejo espalhou-se pela cidade, a ponto de o meu amigo Jacinto ter de instalar um café-restaurante virado para estrada e até uma esplanada no terraço da padaria. O nosso santuário é que era sagrado, e

mais ninguém lá podia entrar. Mais tarde, em 1968, quando o grupo do Cinco partiu para a guerra e eu próprio voltei para Lisboa, desfez-se o nosso refúgio e surgiu no quintal um grande espaço para bailes de acordeão e festas de casamento e de baptizados. Passados tantos anos, cabe-me perguntar: será que existe uma justiça imanente para recompensar pessoas generosas como o António Jacinto, da Matoeira que, sem o saber, ajudou a semear o 25 de Abril?

Ri5. O NOSSO GRUPO

Vasco Lourenço
Gonçalves Novo
Carlos Camilo
Carlos Clemente
Bicho Beatriz
Ilídio Freire
Passanha de Oliveira
Joao Curado
Sidónio Ribeiro da Silva
Leonardo Freixo
Reis Santana
António Prata
António José Carvalho
Nuno Homem da Costa
Joao Viana
Luis Torres
Carlos Pires
Joaquim Farias
Sebastião Martins
Helder Rodrigues
Fernando Sousa
Joao Leao Repolho
Seabra Albuquerque
Avelino Rodrigues

O Grupo da Matoeira, 1967

Quando o capitão bate o pé ao general

Ao longo de 1967/68, todo o grupo dispersou para a guerra, mas o Vasco teve de adiar o embarque, por razões burocráticas. Entretanto, mais se irritava com a "bandalheira" das chefias, a ponto de encarar sair da vida militar. Era preciso procurar um emprego compatível, e disso me incumbi entre os meus amigos de Lisboa. Recordo-me de que a disciplina de Matemática do curso de oficiais foi o ponto do seu currículo que o entrevistador mais valorizou. Já estava tudo tratado, quando ele me aparece a desistir do emprego, por ter sido nomeado para a Guiné, dizendo-se incapaz de recusar a nomeação, embora pudesse (tinha partido um joelho), porque a Guiné era o mais perigoso dos teatros de guerra e não queria pôr em causa a sua coragem pessoal. Lá foi, sem mais motivação que o voto de voltar sem baixas entre os seus homens. E escreveu um livrinho "No regresso vinham todos", fomos mostrá-lo ao Urbano Tavares Rodrigues, que se disse surpreendido, "vai ver que não vão deixá-lo editar", e de facto o livro só foi publicado em 1975, já a Pide não assaltava as livrarias.

De regresso da comissão na Guiné, Vasco vinha de candeias às avessas com o general Spínola, que acusava de demagogia e de prepotência, de desconsiderar os oficiais que não lhe fizessem a corte, interessado acima de tudo com o seu projecto político de conquistar a Presidência da República, fosse de que maneira fosse. E contou-me de uma certa reunião em Bissau, em que teve de fazer frente ao Comandante-Chefe perante quatro centenas de oficiais. É que Spínola dava prioridade à componente política da guerra, ao passo que o nosso capitão não podia fugir à responsabilidade de segurança militar. Mais tarde, pus-me a reflectir até que ponto uma incompatibilidade de carácter pessoal pode determinar a História.

Por essa altura, já eu tinha dado uma volta à vida, em nome da revolução cultural que atravessava a Igreja Católica e punha em xeque a hierarquia dos bispos portugueses, "cães mudos", o nome lhes fica bem, já assim lhes chamara um papa dos meus. Descobri então que a minha luta pelo *aggiornamento* de João XXIII tinha algum paralelismo com a revolta dos jovens militares.

Em Setembro de 72, convidei o Vasco Lourenço para o meu casamento e, nessa altura, apresentei-lhe o Manuel Serra, meu herói da Revolução da Sé e do assalto ao Quartel de Beja. *"Anda cá, Manuel, quero apresentar-te o meu amigo capitão Vasco Lourenço"*. Já os braços se estendiam para um aperto de mão, quando Serra se retrai: *"capitão? era o que mais me faltava!"* E eu, atalhando: *"deixa lá, é capitão mas é dos nossos!"* Vasco meio triste: *"capitão sim, mas por pouco tempo, vou-me embora, não tarda"*. E logo o revolucionário peremptório, tratando-o por tu: *"se és dos nossos, agora é que não sais, vamos precisar de ti"*. Réplica do Vasco: *"olha lá, então tu saíste, há pouco, de Caxias, apanhaste onze anos, e já te queres meter noutra?* "Serra empolgante: *"mais do que nunca, assim que possa!"*

Este diálogo gravou-se-me na memória de jornalista, mas o mais interessante é que Vasco Lourenço o tem recordado, vezes sem conta, por escrito e de viva voz nestes cinquenta anos, prova mais que evidente do seu impacto motivador. Não vou tratar deste assunto agora, apenas antecipo um momento que ocorreu, mais tarde, três dias depois do 25 de Abril, quando Vasco regressa dos Açores e enfrenta sozinho a contra-revolução spinolista, na Cova de Moura. Aí pude ver como Serra na sombra o ajudava a avaliar a crise e lhe animava a coragem. Acho que foi um estímulo subjectivo que mais ninguém pode avaliar.

A imprensa como arma de guerra

Faço aqui um *da capo* para sublinhar o percurso da conspiração, começando pela contestação corporativista aos famigerados decretos de Sá Viana Rebelo, o "Meia-nau", que favoreciam desajeitadamente os oficiais milicianos do quadro de complemento (QC) em prejuízo dos oficiais do quadro permanente (QP), saídos da Academia Militar. Os decretos serviram de isco para aliciar os menos motivados, alargando a onda de descontentamento contra o regime. Vasco revela-se aí um lúcido conspirador, paciente, corajoso, sabendo arriscar no momento certo e prevendo as jogadas como um campeão de bridge (que o era na vida real).

GERAL

PARA A HISTÓRIA DO M.F.A.

O primeiro documento dos capitães foi publicado há um ano

EM ESTUDO

IMPOSTOS MAIS ALTOS SOBRE OS RENDIMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

NOTAS VÁRIAS

FILMES SOBRE MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

GERALD FORD A SPÍNOLA:

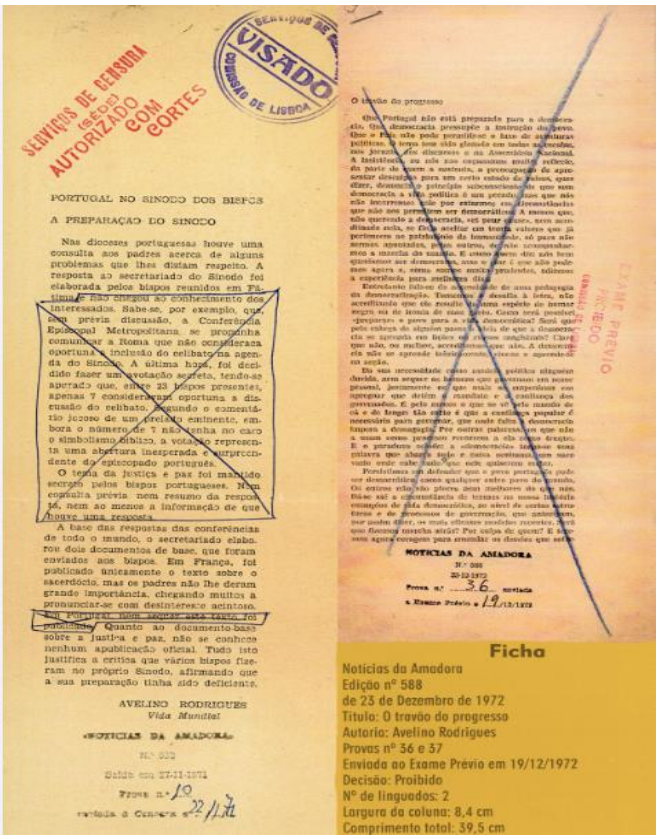
"VAMOS ROBUSTECER A ALIANÇA DA N.A.T.O."

Primeira notícia do Movimento, DL, 14-08-1973

É ele que me vem entregar ao *Diário de Lisboa* o primeiro documento colectivo do Movimento dos Capitães, por sinal secundado por outra cópia trazida pelo major Carlos Fabião, meu conhecido da Guiné, que nessa altura frequentava o Estágio para Oficial Superior em Pedrouços, sendo que não sabiam um do outro. Era a desmontagem dos decretos de Sá Viana. Entreguei o material ao jornalista Amadeu Lopes Sabino, recém-liberto de Caxias, e elaborámos a primeira notícia do Movimento dos Capitães que, em conivência com o jornalista Fernando da Costa, responsável da paginação, publicámos em manchete de primeira página do dia 14 de Agosto de 1973, obviamente mutilada pela Censura. Faltavam 23 dias para a primeira e decisiva reunião do Movimento dos Capitães em Alcáçovas/Évora, que viria a realizar-se no dia 09 de Setembro do ano da graça de 1973, data a partir da qual podemos contar os 229 dias da conspiração.

A Redacção do *Diário de Lisboa* funcionava na Rua Castilho, ao lado do Parque Eduardo VII. Ali perto, na Rua Rodrigo da Fonseca, era a Pastelaria Ritz, onde o Vasco Lourenço abancava para encontros com os camaradas do quartel de Caçadores 5 e também comigo e às vezes com o meu amigo Manuel Serra que um dia lhe criticou a displicência com que os conspiradores olhavam para a Pide. Ele respondeu que tinha boa pontaria e que era capaz de colocar uma bala onde quisesse: *"se os pides forem muitos até podem lixar-me, mas o primeiro tiro será meu".* A Ritz era um ponto estratégico da conspiração, ali nas barbas do Quartel-Mestre General, onde uma tarde rebentou uma bomba das Brigadas Revolucionárias, que nos fez debandar do café. Uns dias depois, Serra levou-nos a abordar a questão da acção directa armada, criticando a improvisação daquela operação e sustentando que um revolucionário tem de evitar o sacrifício de cidadãos inocentes, nesse tempo não conhecíamos a expressão «efeitos colaterais», até porque, dizia, *«um revolucionário não é um terrorista»*.

Um dia, Vasco convidou-me a dar uma volta de carro, que assim ninguém nos ouvia. O caso não era para menos: o Movimento tinha sido contactado por oficiais adeptos do general Kaúlza de Arriaga, que vinham propor uma conjugação de esforços para um golpe de Estado. Não era bem uma novidade, porque já tinham mandado dizer que o seu chefe teria o apoio da própria Oposição Democrática. Vasco não gostava das ideias de Kaúlza mas essa do apoio da Oposição é que era desconcertante. Eu disse-lhe que não acreditava, que era uma "boca" estuporada. Pediu-me que indagasse entre os meus amigos. Corri à procura de Manuel Tengarrinha, com quem eu colaborava como bom *compagnon de route*, e fui a casa do Vítor Wengorovius. Ambos rejeitaram a atoarda, considerando-a perigosíssima. Vasco reuniu os companheiros para analisar a situação. No dia seguinte, Carlos Fabião denunciava a *kaúlzada*, perante os majores do Estágio para Oficial Superior, em Pedrouços, convocando-os a agir nas suas unidades para abortar o golpe. Assim se fez, com sucesso.


SERVIÇOS DE CENSURA
AUTORIZADO COM CORTES

VISADO
COMISSÃO DE LISBOA

PORTUGAL NO SÍNODO DOS BISPOS

A PREPARAÇÃO DO SÍNODO

Nas dioceses portuguesas houve uma consulta aos padres acerca de alguns problemas que lhes distam respeito. A resposta ao secretariado do Sínodo foi elaborada pelos bispos reunidos em Fátima e não chegou ao conhecimento dos interessados. Sabe-se, por exemplo, que, na prévia discussão, a Conferência Episcopal Metropolitana se propunha comunicar a Roma que não considerava oportuna a inclusão do celibato na agenda do Sínodo. A última hora, foi decidido fazer uma votação secreta, tendo-se apurado que, entre 23 bispos presentes, apenas 7 consideravam oportuna a discussão do celibato. Segundo o comentário jocoso de um crente eminente, embora o número de 7 não tenha no caso o simbolismo bíblico, a votação representa uma abertura inesperada e surpreendente do episcopado português.

O tema da Justiça e paz foi mantido secreto pelos bispos portugueses. Nem consulta prévia nem resumo da resposta, nem ao menos a informação de que houve uma resposta.

A base das respostas das conferências de todo o mundo, o secretariado elaborou dois documentos de base, que foram enviados aos bispos. Em França, foi publicado inteiramente o texto sobre o sacerdócio, mas os padres não lhe deram grande importância, chegando muitos a pronunciar-se com desinteresse acintoso.

[illegible] foi publicado. Quanto ao documento base sobre a Justiça e paz, não se conhece nenhum apublicação oficial. Tudo isto justifica a crítica que vários bispos fizeram no próprio Sínodo, afirmando que a sua preparação tinha sido deficiente.

AVELINO RODRIGUES
Vida Mundial

«NOTÍCIAS DA AMADORA»

O trovão do progresso

NOTÍCIAS DA AMADORA

EXAME PRÉVIO PROIBIDO

Ficha
Notícias da Amadora
Edição nº 588
de 23 de Dezembro de 1972
Título: O trovão do progresso
Autoria: Avelino Rodrigues
Provas nº 56 e 57
Enviada ao Exame Prévio em 19/12/1972
Decisão: Proibido
Nº de linguados: 2
Largura da coluna: 8,4 cm
Comprimento total: 39,5 cm

Censura da Imprensa, 1972

Na Guiné, Spínola era foco de interesse da imprensa internacional. E os jornais portugueses já quase todos tinham ido a Bissau, excepto o *República* e o *Diário de Lisboa*, considerados de esquerda. Eu próprio fui convidado como repórter de guerra do DL. «Sabemos que você é de esquerda, que tem visão política e é jornalista honesto, vai ver que vai apreciar a obra do nosso General na Guiné». Eu sabia das minhas limitações mas não podia recusar o repto, enfim o meu ego também contava. Levava comigo uma lista dos lugares críticos com mais interesse jornalístico. Logo no primeiro dia, o oficial de ligação, major Otelo, o próprio, veio buscar-me para jantar com o General no Palácio do Governo. *«Pode ver tudo o que quiser, dou-lhe a minha palavra de honra, é só dizer!»*. Mostrei-lhe a lista e ele ficou espantado: *«Tá dito, o que lhe disse tá dito, pode ver tudo, vejo que fez o seu trabalho de casa»*. O que ele não sabia era que a lista me tinha

sido sugerida pelo Vasco Lourenço, regressado da guerra pouco antes. O trabalho correu muito bem, e a partir de 28 de Agosto desse ano de 1972, publiquei no DL seis extensas crónicas que foram poupadas ao lápis azul dos censores porque, descobri entretanto, Spínola tinha infiltrado a máquina da Censura, onde contava com a conivência de dois coronéis que eram manipulados pelo capitão miliciano Fernando Barbeitos (que o general pusera a meu lado como uma espécie de oficial de ligação). Mais interessante foi a história da entrevista que o General me deu. O título só por si era um «ronco», como dizem os guinéus. Só que o texto não passou pelos censores, foi negociado entre ele Spínola e Marcelo Caetano. Devo esclarecer que tinha apresentado as perguntas por escrito, ao sair da Guiné, e nunca cheguei a ver a versão inicial das respostas, ele só me enviou a versão final. O Chefe do Governo terá exigido algumas alterações, (a que alude mais tarde num livro publicado no exílio) mas, confidenciava-me o entrevistado, nada que não fosse negociável. O pior é que Marcelo embicou com a frase mais importante da entrevista *«não há que temer a independência»*, que exigiu mudar para *«não há que temer a autodeterminação»*, segundo me disse o General. Foi esse o título bombástico que escolhemos para título da entrevista que o DL publicou em 09 de Setembro de 1972, para espanto dos meios informados da prática do «Exame Prévio». Penso agora que esta entrevista histórica foi uma espécie de embrião do futuro livro *«Portugal e o Futuro»* cuja versão original já estava pronta no final do ano, segundo testemunha José Blanco que coordenou o trabalho até à sua publicação em Fevereiro de 1974. Eu próprio pude ler com espanto alguns capítulos dessa versão original que o General me ia apresentando no restaurante do *Hotel Embaixador* (da avenida Duque de Loulé) para onde ele convidava um ou outro amigo de confiança.

Diário de Lisboa

MUNIQUE/72

Primeiras medalhas

De pai para filho

GUINÉ

a guerra camuflada

Em Bissau e em muitas cidades e vilas da Guiné, as populações vivem em teatro de operações, mas a guerra passa quase despercebida. O DL enviou ali o seu repórter Avelino Rodrigues para que avaliasse as circunstâncias muito especiais desta guerra, que se trava cada vez mais entre a «Força Africana» criada pelo general Spínola (foto) e o PAIGC. Durante duas semanas, o repórter observou de perto esta guerra camuflada e os processos utilizados pelo comandante-chefe na sua política de aproximação das populações. (Pags. 12/13)

Guiné Crónica Imperfeita, DL 28/08/1972

Do que Spínola não gostou mesmo nada foi do antetítulo geral das seis crónicas *"Guiné, crónica imperfeita"*. Expliquei-lhe que só tinha visto a guerra do ponto vista português, até tinha entrevistado o Comandante-Chefe, mas não tinha visto a guerrilha nem ouvido o líder do PAIGC. Deu-me uma palmada no ombro, que quase me desasava (era o seu estilo habitual de aceitar questões polémicas, como quem é apanhado na curva). Ele sabia que eu sabia que procurava falar com Amílcar Cabral e que, nesse sentido, iniciara contactos com Leopoldo Senghor (ter-se-iam encontrado, a 18 de Maio de 1972, em Cap Shiring, uma estância turística da costa senegalesa, a norte da nossa guerra).

E foi então que Spínola me fez um desafio impossível: ele mesmo podia levar-me no seu helicóptero e deixar-me num trilho do PAIGC, levando uma carta dele para Senghor e outra para Amílcar Cabral. Achava que os guerrilheiros iriam respeitar as cartas como salvo-conduto para me conduzirem a Dakar, tanto mais que o pessoal do PAIGC, asseverava, era gente politizada com capacidade para entender a situação. O risco, prevenia ele, era que eu fosse apanhado pelos

agentes de Sekou Touré, odioso presidente da Guiné-Conakry, que esses eram uns broncos e podiam prender-me como espião. Adiou-se a aventura para mais tarde, mas, entretanto, Amílcar foi assassinado, em 20 de Janeiro de 1973.

A minha reportagem no DL teve impacto nos meios políticos e nas embaixadas em Lisboa, algumas até me procuraram para "ler nas entrelinhas", mas foi ignorada pela imprensa portuguesa (ciúmes, preconceitos, falta de liberdade). Vejo agora que a minha "crónica imperfeita", que julgo ser a melhor reportagem escrita de toda a minha carreira jornalística, passou praticamente ao lado, sobretudo no meio militar. Compreende-se que não chegasse aos operacionais no mato, mas é impressionante que ainda hoje se diga que o *«República»* era o único jornal português que dava informação do meio militar, como escreveu recentemente o meu amigo Carlos de Matos Gomes, talvez o mais conhecido escritor da especialidade. Quanto ao Vasco Lourenço, achou que eu ficara fascinado pela política spinolista na Guiné, outros amigos apontavam-me o fantasma de Estalinegrado, a todos eu dizia que o Spínola que eu conhecera em 1972 não era o mesmo do seu passado antidemocrático, *que antes de ser não o era,* e que defendia coisas inesperadas num líder militar como essa de dizer que, em conflito disciplinar entre soldados e oficiais, *"é o soldado que tem razão até que se prove o contrário"* - uma espécie de preconceito *classista* invertido, que mais tarde um seu admirador chamado Otelo haveria de traduzir como *slogan* do Copcon: *"os trabalhadores têm sempre razão até que se prove o contrário"*. Felizmente, outros amigos, Magalhães Mota, José Manuel Tengarrinha, Amadeu Lopes Sabino opinavam, como eu, que Spínola era um pauzinho na engrenagem do Regime, que importava estimular. Os acontecimentos posteriores viriam ao encontro do meu realismo. Lá iremos.

DL/REPORTAGEM

1 GUINÉ CRÓNICA IMPERFEITA

PARADOXOS DA GUERRA CAMUFLADA

A ESPANHA ESTÁ A INVADIR PORTUGAL - EM TURISMO

Dizem os leitores

O "METRO" DA NOSSA CAPITAL

A seguir A SIMPATIA COMO ARMA DE GUERRA

EXPOSITORES E ESTANTERIA

NOVIMPORTA

Guiné Guerra Camuflada, DL 28/08/1972

O afluente da Guiné

Ao longo do ano de 1973, a luta dos capitães tinha evoluído da simples reivindicação ético-profissional para um patamar de conscientização cívica contra a ditadura, a ponto de alguns impacientes advogarem "porrada já", ao passo que a maioria nem queria ouvir falar de política. Vasco Lourenço enquadrava a linha moderada como estratégia segura, que desse tempo ao tempo para o amadurecimento político da maioria, através de procedimentos participativos que alargassem a base de mobilização e evitasse rupturas. Não se tratava de uma táctica elaborada, ele apenas tinha aprendido a lição de bom-senso que nesse tempo de controvérsias urgentes tinha sido inventada por um revolucionário paciente: quando a família vai à rua passear, tem de ajustar a marcha pelo ritmo dos mais pequenos.

DL

Opinião

FRATERNIDADE DE HOJE E DE AMANHÃ

GENERAL SPÍNOLA AO "DL"

NÃO HÁ QUE TEMER A AUTODETERMINAÇÃO

De Avelino Rodrigues, enviado especial do "DL"

Entrevista com o general Spínola, DL, 09-09-1972, pág. 3

Nos primeiros meses de 1974, entre os mais impacientes, destacavam-se os spinolistas recentemente chegados da Guiné, em companhia de Spínola que se vira compelido a transferir-se para Lisboa, onde foi nomeado para número 2 da hierarquia militar, braço direito de Costa Gomes. No seu conjunto, era um grupo de respeito: Casanova, Monge, Bruno, Rafael Durão, Ramalho Eanes, Correia de Campos, Dias de Lima, Alpoim Calvão, Avelar de Sousa, Mensurado, Mariz Fernandes, Carlos Azeredo, Pedro Cardoso, Firmino Miguel, Sanches Osório e outros, entre os quais alguns que se foram emancipando da tutela do Chefe e vieram a ser elementos destacados do Movimento dos Capitães, como Salgueiro Maia, Otelo e Fabião. Sejam referidos muitos operacionais de Bissau menos afectos ao general, como Golias e Banazol e Pezarat Correia. Pouco se fala do staff civil de Spínola, entre os quais se apontam raros intelectuais como José Blanco, distinto responsável da Fundação Calouste Gulbenkian (que o

Comandante-chefe chamara para seu chefe de gabinete) e o jornalista José Manuel Barroso (que dirigia a estratégia de comunicação mediática e assegurava a ligação com seu tio Mário Soares, exilado em Paris). Finalmente, seria imperdoável ignorar que, à margem do spinolismo propriamente dito, coexistia um pequeno grupo de oficiais avessos ao Regime e à guerra colonial, chegados da Metrópole em 1972/73, que foi ganhando raízes em Bissau. Este grupo constituiu-se rapidamente em núcleo dinamizador do Movimento dos Capitães no teatro de guerra da Guiné, onde a iminência do colapso militar estimulava a urgência de uma saída política. É mais conhecida essa história, razão por que me abstenho de a repetir, poupando espaço para assuntos mais controversos.

DL/NACIONAL

NÃO HÁ QUE TEMER A AUTODETERMINAÇÃO

BREVEMENTE

As cinzas já não se reconstituem

externato AMADIS

Entrevista com o general Spínola, DL, 09-09-1972, pág. 8

Além dos homens da Guiné afectos ao general Spínola ou seus simpatizantes, é bem conhecida a importância de muitas centenas de oficiais milicianos do Quadro de Complemento (QC). Nesta narrativa, destacam-se os medalhados Armando

Ramos, Fernando Barbeitos e Virgílio Varela, mas é quase injusto apontar nomes, porque eles eram às centenas em comando de tropas, para além do teatro de operações da Guiné. E o seu número era ainda maior em Angola e Moçambique, onde obviamente não eram spinolistas, só que viviam os mesmos problemas da guerra. Todo este QC tinha crescido em sentido inverso à queda de estatuto social da Academia Militar que já não interessava aos filhos das classes altas. E aqui surge um fenómeno cultural que veio valorizar o movimento miliciano.

O começo da guerra e a repulsa dela tinham acelerado o movimento estudantil, surgido da crise académica de 1961/62, a que o regime responde da maneira mais contraproducente, condenando os mais implicados à mobilização compulsiva para a guerra do Ultramar, onde muitos deles instigaram a contestação política nas fileiras militares. Na crise académica de 1969, o regime recaiu no mesmo disparate de expulsar da universidade numerosos contestatários, que mandou para os matos africanos.

A contaminação das fileiras militares pelos contestatários estudantis alarga-se com a vasta leva de mancebos universitários mobilizados para o serviço militar obrigatório, (principalmente médicos, engenheiros, professores do ensino médio e mesmo advogados) que, já licenciados, são coagidos a interromper seus empregos, iniciando em Mafra o Curso de Oficiais Milicianos, com vista à mobilização para a guerra. Todo este quadro de alferes e tenentes fazia a primeira comissão (dois anos) com indignação contida, procurando sobreviver sem problemas. O problema era depois, quando a comissão terminasse, perante a dificuldade de retomar a universidade ou reingressar nos empregos, com a agravante de namoros frustrados e casamentos cada vez mais inadiáveis. Para muitos, não restava outra saída senão “meter o chico” e voltar para uma segunda

comissão, enfileirando com uma minoria específica de voluntários que tinha ganho o gosto ao dedo e já não sabia fazer mais nada. Mais melindrosa era a situação de todos os jovens licenciados que, mesmo contra a sua vontade, podiam ser compelidos a fazer segunda comissão, apressadamente graduados ao posto de capitães.

Esta segunda camada, "profissionalizada" na prática de operações, vai assumir o comando de grande parte das companhias de combate, nas três frentes de guerra, em pé de igualdade com os poucos que restam da Academia Militar. No mato uns e outros sofriam os mesmos riscos, onde se esbatiam possíveis conflitos de interesse. Acontece até que, por gosto ou por terem de mostrar serviço, muitos destes oficiais milicianos e ex-milicianos se distinguiram em combate, sabe-se lá como, enchendo o peito de medalhas e Cruzes de Guerra. Mas os melindres corporativos (ou corporatistas, como eu prefiro dizer com autorização de Eduardo Lourenço) surgiriam necessariamente mais tarde.

Avalie-se a dimensão do problema. Um pequeno país com dez milhões de habitante era chamado a aguentar três frentes de guerra, num esforço impossível. Vou citar números alarmantes retirados do estudo de Carlos António Morais da Silva *"Os Capitães do QP na Guerra de África"*, in CD25A/Wikka. De 1961 a 1974, partiram de Lisboa mais de duas mil companhias de combate, comandadas por 2370 capitães, sendo 1370 do QP (acrescidos de 13 subalternos) e mais de 1000 do QC (acrescidos de 119 subalternos). Note-se que mais de 25 por cento dos capitães e majores suportaram duas comissões ou mais, o que não permite a soma directa dos números de indivíduos. Acrescente-se que o número de capitães do QP no teatro de operações baixou de 374, em 1970, para 119, em 1974. No mesmo período, os do QC cresceram de 248 para 431. A crescente falta de oficiais do QP deve-se à progressiva falência da Academia Militar que deixou de

interessar as famílias das classes altas, mais interessadas nos cursos civis com acesso à chefia das empresas. Assim, o número de finalistas da AM decaiu de 146 cadetes, em 1966/67, para 40, em 1973. E em 1973, a poucos meses do 25 de Abril, a AM tinha 72 alunos e apresentava 423 vagas!

Para a continuação da guerra, o Governo era forçado a recorrer à população universitária, com prejuízo da estabilidade familiar dos jovens licenciados e da economia geral, durante 24 meses de comissão, acrescidos de seis meses de instrução (30 meses no total). Aliciar milicianos implicava melhorar as condições de serviço, apressando a integração no QP, bem como a recuperação do tempo de serviço, que passaria a ser contado a partir da data da primeira farda de oficial, o que parecia justo, mas criava uma situação em que os do QP podiam ser ultrapassados nas promoções. Com uma agravante: o pequeno curso que era oferecido aos milicianos ficaria praticamente equiparado ao curso da Academia, que os do QP consideravam a sua universidade. A reacção elitista era inevitável e provocou nos ex-milicianos uma espécie de complexo de inferioridade, levando-os a inventar a famigerada querela dos *puros contra os espúrios*, que afectou, como vimos, o começo da conspiração. Aí Spínola, que se arvorava em chefe dos descontentes dos dois lados, deu aos ex-milicianos a sua bênção e acolheu-os sob o seu chapéu protector. Por acasos e caminhos ínvios, a maioria destes milicianos tornou-se spinolista, engrossando a corrente de Bissau.

Eis a razão por que tenho sustentado que a Guiné, de Spínola, não sendo a génese do Movimento dos Capitães, constitui outro grande afluente da conspiração do 25 de Abril. Quando os dois afluentes se juntaram, a conspiração era imparável.

Falta falar de outros afluentes que pouca gente via, mais enraizados na sociedade portuguesa, à semelhança dos rios do deserto correndo nas entranhas da terra. Um começara em 1921, era a geração da “Seara Nova”, que veio a desembocar na

Constituição da República nova; outro tinha saído do primeiro como terceira via, em Janeiro de 1963, mais jovem no *Tempo e o Modo* de pensar. Em 1974 os quatro afluentes confluíram num grande delta, triangular como todos os deltas, assim Δ e nos ângulos tinha três DDD, que a gente lia "Descolonizar-Democratizar-Desenvolver". Mas isso só se viu depois.

Caldas da Rainha, porrada já!

Quando apareceu o afluente africano, foi um "ronco", lá isso foi. Mas era preciso conter a força spinolista, pouco politizada, militarista, voluntarista e arrogante – tarefa levada a cabo pela Comissão Coordenadora e Executiva (CCE) onde sobressaíam Vítor Alves e Otelo e, mais uma vez, Vasco Lourenço, que, em 15 de Dezembro de 1973, havia sido escolhido para coordenador operacional, isto é, comandante virtual das forças quando se decidisse sair para a rua.

Se é verdade que os spinolistas eram mais spinolistas que Spínola, nunca isso foi tão manifesto como na crise das Caldas, em 16 de Março de 1974. Na ausência de Vasco Lourenço, preso em 09 de Março e recambiado para os Açores em 15 desse mês (coincidência ou não, era a véspera da aventura das Caldas) o Movimento das Forças Armadas perdera o seu primeiro coordenador de operações, que, só mais tarde, em 24 de Março, seria formalmente substituído por Otelo. Mesmo que nesse ínterim Otelo tivesse legitimidade automática para ocupar o posto (era o anterior secretário da direcção operacional e braço direito do coordenador), certo é que ainda não tinha aquecido o lugar nem sequer dominava a rede de informação montada por Vasco. Este ocasional vazio de poder foi preenchido por um pequeno grupo de impacientes spinolistas, acabados de chegar da Guiné. Sob a pressão de Casanova Ferreira, rabiscou-se à pressa um

"plano de operações", menos que elementar. Traído pela sua proverbial generosidade, Otelo deixou-se arrastar para a tentativa de golpe, na esperança de agarrar as pontas desgarradas da conspiração. Só a falta de informações pode explicar que Otelo tivesse perdido toda a noite de 15 de Março, a correr de um lado para outro e de quartel para quartel. Em Lisboa, Manuel Monge, Casanova Ferreira e Almeida Bruno procuram convencer o "Velho" (que era matreiro e havia de ficar-se em copas) e afadigam-se com Otelo Saraiva de Carvalho, na tentativa de última hora de mobilizar unidades afectas (mas, de facto, indisponíveis, porque quase todo o pessoal tinha saído de fim-de-semana (e eles só o souberam pouco depois).

Coluna do RI5 a caminho de Lisboa, 16-03-1974

O RI5 estava quase sobre rodas, desde o dia 13 de Março, quando esteve iminente uma tentativa de golpe para impedir que Costa Gomes e Spínola fossem afastados por causa do livro *Portugal e o Futuro*. Era certo e sabido que os dois generais não iriam comparecer na cerimónia do beija-mão que Marcelo Caetano havia ensaiado, no Palácio de São Bento, para a qual convocara os generais do regime, em 14 de Março. Era um manifesto acto de vassalagem a Marcelo e à sua política de guerra, por parte daquela "Brigada do Reumático", epíteto que os jovens capitães lançaram sobre os velhos generais.

Perante a exoneração confirmada dos dois generais que o Movimento havia escolhido como líderes formais do seu processo, era enorme a indignação nos núcleos de conspiradores espalhados pela maior parte das «unidades de força». Os spinolistas estavam convencidos de que seria fácil cavalgar esta força do Movimento para iniciar o golpe, especialmente o Ri5 das Caldas da Rainha, no pressuposto de que as tais Unidades se lhe juntassem, Santarém, Lamego, Viseu, Mafra e Academia Militar. É então que os quatro conspiradores impacientes que em Lisboa julgavam interpretar a vontade da Comissão Coordenadora (de facto paralizada) enviam para as Caldas o capitão miliciano Armando Ramos, como estafeta, com ordem para arrancar.

O RI5 era a única unidade realmente preparada e municiada, só precisava que a CCE desse ordem de saída das tropas. Quando o capitão Ramos chegou às Caldas, pelas 23 horas da noite, de 15 de Março, tanto os oficias do Movimento como os poucos spinolistas do quartel aceitaram a voz do estafeta como ordem de marcha da CCE, no pressuposto de que Otelo já estaria no comando das operações, em Lisboa. Embora minoritários, os milicianos spinolistas do quartel, evidenciaram-se na tomada da iniciativa, com destaque para o capitão miliciano Virgílio Varela que se distinguira na prisão do comandante. Foi total a adesão dos oficiais do Movimento, se bem que o mais antigo deles, o capitão Gonçalves Novo, elemento preponderante do Movimento dos Capitães no RI5, e também o capitão Piedade Faria, comandante efetivo da Companhia de Caçadores (que era a quase exclusiva força de intervenção) se revelassem menos sintonizado com a jactância do "estafeta". À excepção de três majores e do primeiro e segundo comandantes, todo o pessoal da unidade estava super-motivado, comungando do mesmo objectivo (reagir à exoneração de Spínola e derrubar o governo) num ambiente solidário que congelava polémicas recentes entre QC e QP.

Guarita na RI5 antes da rendição

E chefes? No RI5, os revoltosos não tinham chefe nem voz de comando, quando o golpe estalou. Parece que ninguém queria chegar-se à frente, os vinte oficiais do Movimento eram todos muito novos e não tinham ambições, era tudo "inter-pares" numa sã camaradagem. Além do mais, nada estava planeado internamente. E afinal quem comandou a coluna para Lisboa? A questão só vale a pena, porque tem sido um cavalo de batalha dos centuriões spinolistas, que sempre se revelaram generosos e resolutos mas também distantes das ideias progressistas do Programa do Movimento, para além de se declararem vigorosamente anticomunistas, acho que primários. Mas nada anula o facto de que o essencial da força era a Companhia de Caçadores, sob comando do capitão Luís da Piedade Faria, homem do Movimento, que declarava não abdicar do comando dos seus homens. Os camaradas reconheciam-lhe a genica, era o "puto Faria" que todos estimavam. Foi ele que deu ordem de saída à coluna, pelas 4 horas da manhã, do dia 16 e, mais tarde, consumado o fracasso, foi ele que foi chamado à porta de armas pelo comandante das forças sitiantes, o brigadeiro Serrano, para negociar a rendição, que Monge e Casanova tentavam protelar (em nome de Spínola, segundo eles diziam).

Armando Ramos anos escreveu no jornal *Tribuna de Macau*, em Abril de 1999, que tinha "trazido" a força até Lisboa, dando a entender que teria sido ele o comandante, mas sem empregar a palavra. Porém, doze anos mais tarde, em 21 de Abril de 2011, numa entrevista à *Gazeta das Caldas*, assume claramente o comando da coluna, dizendo que havia sido designado numa reunião dos revoltosos, por ser titular de duas Cruzes de Guerra e ter experiência de combate. Tinham passado 37 anos após os acontecimentos! Em apoio da sua asserção, vale-se do depoimento do capitão Gonçalves Novo, inserta no livro *O Movimento do Capitães e o 25 de Abril*, que publiquei em 1974, com Cesário Borga e Mário Cardoso. Só que tal interpretação colide com a dos autores e sempre foi desautorizada pelo próprio Gonçalves Novo, que Ramos passou anos a vilipendiar. Ramos, porém, contradiz-se a si mesmo, ao doutrinar no mesmo texto, poucas linhas antes: *"Só se pode comandar uma unidade quando se conhece a tropa que se vai comandar. Isto é uma "verdade de La Palisse"*. Era afinal o mesmo que dizia o comandante da Companhia de Caçadores do RI5, não abdicando do comando dos seus homens. (Ah, "puto Faria", os homens não se medem aos palmos!)

Documento V – *Relação dos Oficiais do Q.P. que Seguiram para Lisboa em 16/MAR/74*, Regimento de Infantaria 5, 18 de Março de 1974, Arquivo Histórico Militar

REGIMENTO DE INFANTARIA Nº.5

RELAÇÃO DOS OFICIAIS DO Q.P. QUE SEGUIRAM PARA LISBOA EM 16/MAR/74

Major - Casanova Ferreira (não é do RI 5)
" - Mango (" " ")
Cap. - Ramos (?" " " ")

Cap.Infº. 08908263 - Luís da Piedade Faria
" " 31685762 - João Henrique Domingues Gil
" " 31652160 - José Marques Gonçalves Neve
" " 46030058 - Francisco António Branco Ramos
" " 09486565 - João Madalena Lucas
" " 49120160 - Virgílio Candido Vieira da Luz Varela
" " 00577765 - Ivo Carlos Garcia
" " 03822763 - Virgílio José Fonseca Pereira de Carvalho
" " 02854963 - Alberto da Silva Pereirinha (de R.Cag.10)
Ten.Infº. 37255661 - Victor Manuel da Silva Carvalho
" " 05316365 - João Raul Gomes Bettencourt Coelho
" " 09072965 - Adelino de Matos Coelho
" " 00304866 - Carlos Manuel Gonçalves Abreu Carvalhão
" " 03339365 - Carlos Alberto Rocha Neves
" " 06544166 - Joaquim António Pereira Moreira dos Santos
" " 02541466 - Gabriel Gomes Mendes
" " 08184166 - José Manuel Van Pombal
" " 06401065 - José Pina David Pereira
" QMO 07598666 - José António Verdú Martins Montalvão
" Infº. 02545665 - Luís Manuel Carreira Angelo (de R.Cag.10)

Quartel em Caldas da Rainha, 18 de Março de 1974

Oficiais Presos 16 de Março de 1974

Nota final não conclusiva

1) A coluna das Caldas avançou sem comando, porque tinha dois comandos, um era formal (Piedade Faria), outro era "revolucionário" (Armando Ramos). Manifestamente, os conjurados não tiveram tempo para chegarem a acordo, pressionados pela convicção de que estavam atrasados para o presumível encontro com as unidades do Norte. Tanto Armando Ramos como Piedade Faria contavam entregar a coluna ao comandante operacional, supostamente Otelo, que estaria, em Lisboa, à espera das colunas que deveriam estar em marcha, como de Lamego tinha sido anunciado. É uma situação bizarra, que inaugura uma série de derrotas dos spinolistas, homens voluntariosos e bons operacionais individualmente, mas incapazes de coordenação estratégica (como se verá ao longo de todo o PREC).

2) O 16 de Março é uma iniciativa spinolista sem Spínola, provocada por devotados cortesãos mais papistas que o papa. Desejosos de mostrar serviço ao chefe, disputam os seus favores, menos benesses que poder. Não constituem um corpo orgânico com chefias hierarquizadas, são peões individualistas ao dispor de Sua Senhoria, que de facto teme partilhar responsabilidades porque não arrisca partilhar poder. O 16 de Março revela-se como uma tentativa de antecipação spinolista ao Movimento dos Capitães. Mas o caudilhismo bonapartista de Spínola era uma doutrina redutora na política interna (enquanto projecto de "democracia musculada") e uma estratégia neocolonialista utópica na questão africana (enquanto projecto federalista desfasado no tempo).

3) O 16 de Março não foi pensado como ensaio geral do 25 de Abril, mas acabou por ser um exercício muito útil para corrigir falhas técnicas e afinar a base política do Movimento dos Capitães. Daí que, ainda agora, os spinolistas tentem apropriar-se da intentona das Caldas, considerando-se pioneiros do 25 de Abril. O que não confessam é que o "seu" 25 de Abril seria apenas um golpe para colocar Spínola no poder com a sua política autocrática, onde temporariamente cabia a PIDE e a continuação da guerra.

4) Gostaria de fazer justiça, se assim posso dizer, ao perfil do general. No meio das suas contradições, Spínola ficou-me na lembrança, já o confessei várias vezes, com a grandeza de uma figura de tragédia na derrocada do Império. Não me surpreendeu que tivesse assumido a Presidência da República, porque desconhecia ao tempo algumas das grandes fragilidades do seu projecto. Nunca o vi no palácio presidencial, porque sempre fugi de tropeçar com os meus amigos nos corredores do poder. Quando colapsou no 28 de Setembro, fui visitá-lo a Massamá. Disse-me que Cunhal o tinha enganado e que estava a ler os clássicos da Revolução Russa para não cair noutra. Mas caiu, e esta era de sinal contrário.

Não foi um homem do futuro, foi um homem lúcido num momento louco do destino português. Para mim foi uma experiência inesquecível ter conhecido e revelado "o último general romântico" no tablado dos jogos de guerra, a política e a guerra-espetáculo, que ganharam forma na representação mediática dos jornalistas do meu tempo.

Epílogo

Sustenho aqui o meu depoimento, não porque tivesse dito tudo, mas porque fiquei sem informações privilegiadas do Movimento, desde a prisão de Vasco Lourenço, em 9 de Março de 1974. Por isso, não fui testemunha directa dos acontecimentos da noite do golpe no meu RI5, que procurei reconstituir através de cuidada pesquisa jornalística. Por outro lado, não seria preciso repisar a narrativa das operações do 25A, que já é bastante conhecida, apesar das surpresas que surgem todos os dias, sempre que se mexe no assunto.

Já apareceram centenas de estudos parcelares, com destaque para os trabalhos preciosos de alguns pesquisadores militares. Já vai sendo tempo de avançar para um estudo sistemático com rigor metodológico que leve a uma análise política e sociológica do Movimento dos Capitães, mas este trabalho exige equipas profissionais de historiadores, além de recursos avultados que não estão ao alcance dos amantes da História, como eu. Pistas não faltam. Por mim, vejo a história da nossa conspiração como uma dialéctica entre dois grupos em fase de construção, polarizados em dois actores que catalisam a acção: um representa um império que se fina, outro encarna um futuro que renasce. Mas isto é apenas um jogo de sombras, pois que o mundo *eppure si muove*, em evolução solidária e contradição permanente, com o peso do tempo e a mole imensa dos povos. É por

isso que eu digo que o 25 de Abril mal começou, mal se conhece e não para de acontecer.

Lisboa, Julho de 2023

*** Jornalista**

O MOVIMENTO DA ESPERANÇA

JOSÉ DA COSTA NEVES

Nasci e cresci numa família pequeno-burguesa. O meu pai era um republicano anti-salazarista, anticlerical e agnóstico não teísta, enquanto a minha mãe professava a fé católica. Apesar disso, a religião nunca constituiu um problema nem afectou a minha educação. Para isso, contribuiu certamente o facto de meus pais terem combinado previamente que cada um era livre de praticar e expressar as suas ideias e, além disso, que eu só receberia o primeiro sacramento da igreja católica, o baptismo, no caso de expressar essa vontade após atingir a idade da razão.

Os meus brinquedos favoritos

Os primeiros anos da minha infância passei-os numa pequena quinta, nos arredores do Porto, na margem direita do rio Douro, onde o meu pai decidira assentar arraiais, por entender que ali era mais fácil e barato proporcionar-me uma vida saudável em contacto com a natureza. À nossa volta, a maioria das pessoas vivia na mais degradante miséria, numa luta constante pela sobrevivência. Os meus primeiros amigos andavam descalços, desagasalhados e com fome crónica. Foi com eles que aprendi os primeiros palavrões, que usava para me sentir integrado no grupo. Quando vinham brincar para minha casa, era para eles era uma autêntica festa, com fruta das árvores à discrição e, a meio da tarde, um farto lanche cuidadosamente preparado pela minha mãe. Frequentemente, a fartura a que não estavam habituados provocava-lhes desarranjos intestinais. Além disso, como eu estava a crescer rapidamente, volta e meia levavam com eles peças de roupa que já não me serviam e os bolsos cheios de guloseimas.

A minha mãe e maior amiga

Ainda hoje me lembro de ouvir minha mãe, com lágrimas nos olhos, a relatar ao meu pai esses encontros, sugerindo-lhe que, para bem da minha saúde e educação, talvez fosse mais acertado mudar de casa para um sítio mais

urbano. O meu pai, pelo contrário, entendia que era importante para o meu futuro e formação cívica aprender na prática que lá fora, ali mesmo ao lado, havia outro mundo diferente do meu, onde se nascia, vivia e morria sem a esperança num futuro melhor.

O meu pai, o meu maior amigo

Porém, quando se aproximou a idade escolar, as preces da minha mãe foram certamente ouvidas por quem de direito, porque o meu pai, finalmente, decidiu mudar de casa, só que, para outra pequena quinta, desta vez em Valadares, mas também encravada numa zona de grande pobreza, onde rapidamente fiz novos amigos.

Aceitei tudo menos, menos pôr a carapuça

Porém, como a fome e a doença são, frequentemente, parceiras inseparáveis, adoeci logo a seguir com uma primo-infecção tuberculosa. Segundo o médico, tinha-me sido transmitida por um deles, que, infelizmente, acabou por ser precocemente ceifado pela terrível doença. Quanto a mim, após a indispensável quarentena, fiquei pronto para iniciar as minhas actividades escolares.

No primeiro dia de aulas, a minha mãe acompanhou-me à escola oficial da terra para me apresentar ao professor. Depois dela partir, estranhando o ambiente e, sobretudo, sentindo a falta das brincadeiras com os meus novos amigos, resolvi tomar a primeira grande decisão da minha vida e, sem autorização, regressei a casa sozinho. Quando cheguei, ao ver o ar de espanto

da minha mãe e ao ouvir as suas recriminações, percebi imediatamente que tinha feito asneira da grossa.

Quando, à tardinha, chegou o meu pai, encontrou-me sentado num cadeirão de verga a folhear um livrinho de bonecos que ele próprio me tinham oferecido. Como previra, após os beijinhos da praxe, perguntou-me como tinha corrido a minha estreia escolar. Honestamente, respondi que não tinha gostado e, por isso, tinha voltado para casa, logo atrás da minha mãe. Repentinamente, senti-me suspenso no ar pela gola da camurcine que trazia vestida e ouvi o meu pai dizer, olhando-me nos olhos e em voz baixa e pausada, quase em segredo, que, a partir daquele dia, a minha principal minha obrigação era estudar, tal e qual a dele era trabalhar para assegurar o meu sustento. Caso contrário, pôr-me-ia a trabalhar como faziam os meninos pobres em meu redor, que não tiveram a oportunidade que agora me era oferecida. Se fosse hoje, ter-lhe-ia respondido, à boa maneira militar, mensagem recebida e compreendida.

Com a Dora, o único dos meus cães que aceitou posar comigo

Terminada a reprimenda, o meu pai pôs-me no chão e, como habitualmente, desafiou-me para ir dar uns toques na bola, para alegria dos nossos cães, que, agitados com a demora, já nos esperavam lá fora.

Mais tarde, a família mudou-se para a Amadora e o meu pai matriculou-me no Liceu Passos Manuel, onde optei por ser baptizado, na Igreja de Santa Catarina, na calçada do Combro, em Lisboa, no dia 11 de Maio de 1952, ao mesmo tempo que outros colegas refratários, eclesiasticamente falando. Os meus padrinhos foram o reitor do liceu, Dr. Guerreiro Murta, que não esteve presente, e a minha professora de Ciências Naturais, Dra. Felismina Madeira, que teve a gentileza de me oferecer um livro com dedicatória, que ainda hoje guardo comigo. Porém, as coisas não se passaram como tinha imaginado e, apesar de o meu nome ter sido acrescentado às estatísticas do catolicismo, foi a última vez que entrei numa igreja por motivos de fé.

Sete décadas passadas, ainda hoje sigo os ensinamentos dos meus pais ao longo desses primeiros anos de vida. Foi por essa altura que aprendi que a liberdade deve andar sempre de mão-dada com a responsabilidade e que a pobreza mais não é do que um instrumento de exploração e não, como se diz, uma fatalidade do destino; aprendi também que a natureza e os seres que a habitam merecem o nosso maior respeito e protecção e que a vida deve ser regida por valores e princípios humanistas, que devem ser defendidos com frontalidade, honra e coragem, sem nunca vergar a cerviz perante o poder ou a adversidade; ou, ainda, que devemos questionar permanentemente o mundo à nossa volta com independência, honestidade e ponderação.

Em termos muito gerais, foi este o caldo de cultura donde emergi disposto a participar na conspiração militar que derrubou a ditadura em Portugal, no dia 25 de Abril de 1974, tinha eu trinta e três anos de idade.

Porém, as minhas primeiras reflexões sobre a questão colonial só surgiram em Dezembro de 1961, já como cadete-aluno da Academia Militar, quando a União Indiana impôs pela força das armas o fim de quase cinco séculos do domínio português nos territórios de Goa, Damão, Diu, Gogolá, Simbor e ilha de Angediva. Na ocasião, reagi com indignação à invasão militar, disposto a oferecer-me para colaborar, onde, como e quando necessário, na defesa da integridade territorial na Nação portuguesa. Se me tivesse mandado, tê-lo-ia feito, até porque, só mais tarde, a História e a minha própria experiência se encarregaram de me fazer mudar de opinião.

Já com os preparatórios de engenharia concluídos, fui mandado pelo director da Academia Militar para Paris/França, juntamente com outros dois camaradas, para frequentar a especialidade de engenharia aeronáutica, nessa altura ainda inexistente na universidade portuguesa. Chegado à cidade das luzes, sofri um autêntico e profundo choque cultural. Tudo à minha volta me deslumbrava e surpreendia, descobrindo aos poucos a enorme diferença entre viver num regime ditatorial obscurantista e numa democracia pluralista consolidada como a francesa.

Foi nesse ambiente de liberdade cívica que assisti à independência da Argélia, em 5 de Julho de 1962, alcançada após cerca de século e meio de colonização francesa, e às paixões e inflamados debates que o acontecimento desencadeou na sociedade francesa, designadamente em ambiente académico.

A intensa experiência levou-me a concluir que qualquer povo colonizado – tal como qualquer pessoa – tem o direito inalienável de lutar pela sua liberdade e independência e compreendi que me tinha precipitado ao considerar o caso de Goa como uma "invasão", quando, afinal, tal como

então defendia a União Indiana, o que estava em causa era o direito à "independência" dos territórios na altura ocupados por Portugal, aliás, como se reconheceu formalmente após o 25 de Abril.

Quando regressei a Portugal, fui colocado nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca do Ribatejo, incompatibilizando-me logo a seguir com o meu chefe directo. Para evitar males maiores, ofereci-me voluntariamente para cumprir uma comissão de serviço em Moçambique, na 3.ª Região Aérea, que durou precisamente três anos. Durante esse período, de Agosto de 1967 a Agosto de 1970, assisti a abusos deploráveis contra a população autóctone que explicavam, por si só, em maior ou menor grau, a existência dos movimentos independentistas, que, nos territórios coloniais portugueses, nos guerreavam.

Após o meu regresso à metrópole, em Agosto de 1970, fui colocado na Direcção do Serviço de Material da Força Aérea, onde acumulei fartas razões de descontentamento em relação à atitude generalizada de submissão das entidades militares ao regime autoritário que governava o país. Um exemplo flagrante aconteceu quando um jovem funcionário civil da casa foi preso, à saída do trabalho, por elementos da polícia política que perseguia um grupo de estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa que se manifestavam e, ao mesmo tempo, distribuíam panfletos contra o Governo.

Pese embora as minhas insistências, nem o Director nem alguém que o representasse intercedeu junto das autoridades policiais para desfazer o infeliz equívoco. Indignado, acabei por ser eu, por minha conta em risco, a envidar esforços para obter a sua libertação e a testemunhar a seu favor no julgamento a que foi sujeito e, naturalmente, absolvido.

Foi mais ou menos por essa altura que ouvi falar pela primeira vez na reacção de um grupo de jovens oficiais do Exército contra aos propósitos dos organizadores do Congresso dos Combatentes do Ultramar, que se realizou no Porto, de 1 a 3 de junho de 1973. Entendiam eles que os organizadores pretendiam, abusivamente, transformar o evento numa dócil e acrítica manifestação de apoio político das Forças Armadas ao Governo e aos conceitos nacionalistas e colonialistas que justificavam a continuação da guerra em África. À semelhança de outros camaradas da Força Aérea, procurei acompanhar o desenvolvimento da situação.

Em Mueda, terra da guerra em Moçambique

Das reivindicações salariais à consciencialização política

Numa primeira fase, o movimento de repúdio, que se alastrou à Força Aérea, limitou-se a uma série de encontros e os debates circunscritos ao tema da recuperação do prestígio perdido ao longo dos últimos anos pelas Forças Armadas aos olhos da Nação. Durante alguns meses, as soluções propostas resumiram-se a exigências de aumentos de vencimento e outras regalias, bem como à realização de greves e manifestações públicas de vários tipos, com militares fardados ou à civil, com ou sem boné na cabeça. Porém, com o

aprofundamento dos debates, começou a ficar claro que o cerne da questão residia, essencialmente, no arrastamento da guerra em África, que a opinião pública atribuía, injusta e erradamente, à incapacidade profissional e desmotivação dos combatentes e, em especial, aos militares do quadro permanente.

Apesar de tudo, creio que esta fase da conspiração foi importante, na medida em que contribuiu para o esclarecimento, consciencialização e motivação dos que pretendiam sinceramente ultrapassar a encruzilhada em que o país se encontrava, e tinham interiorizado que a solução para a guerra do ultramar era política e não militar.

A conspiração continuou a avançar e, numa reunião, em Óbidos, no feriado 1.º de Dezembro de 1973, o Exército deu um passo importante ao franquear a participação de militares dos outros dois ramos nas suas reuniões. Da Força Aérea, como observadores, estiveram presentes os então capitães pilotos-aviadores Costa Martins e Ernesto Estevinho, que difundiram no interior do ramo a informação que tinham recolhido. Foi nessa altura que se entendeu que, à semelhança do Exército, também a força Aérea devia criar uma organização que desse internamente consistência, objectividade e operacionalidade ao movimento de contestação.

A missão foi assumida por três majores, Viegas Palma, Vítor Sousa, e eu próprio, que se encontraram, no dia 8 de Janeiro de 1974, com o então major Otelo Saraiva de Carvalho, uma das mais proeminentes figuras do movimento no Exército, que, pronta e francamente, nos prestou os devidos esclarecimentos e nos indicou os contactos a utilizar futuramente.

A comissão coordenadora da FAP *[Força Aérea Portuguesa]* integrou sete oficiais de diferentes especialidades, designadamente pilotos-aviadores, engenheiros e administradores militares. Os pára-quedistas, que na altura pertenciam à Força Aérea, optaram por criar um grupo autónomo, que se ligava à comissão apenas por intermédio dos pilotos-aviadores que a integravam. Esta opção foi mais tarde confirmada em votação aprovada, com o meu solitário voto contra, numa reunião alargada do movimento, que se realizou num restaurante, na Buraca, vulgarmente conhecido por "rapa-o-taxo", cuja data não consigo agora determinar. Nesse momento, fiquei com a convicção de que se avizinhavam dificuldades para a conservação da unidade do movimento conspirativo.

As minhas preocupações começaram a confirmar-se aquando da reunião promovida pelo Exército, no dia 5 de Março de 1974, em Cascais, com representantes dos outros dois ramos, no momento em que foi submetido à consideração dos presentes um extenso documento intitulado "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação", que alterava profundamente o rumo do movimento conspirativo. No extenso texto, lido pelo major Vítor Alves, fazia-se uma profunda reflexão sobre a situação militar, considerando, entre outros aspectos, o reconhecimento de que a solução do problema ultramarino é política e não militar e, simultaneamente, a legitimidade incontroversa e irreversível da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios.

Após a leitura do documento, lembro-me perfeitamente do burburinho que se gerou na assistência, de agrado e desagrado, no meio do qual sobressaiu o tonitruante NÃO! do major piloto-aviador Fernando Seabra, que, com outros representantes da Força Aérea presentes, abandonou imediatamente a sala.

O major Costa Martins e eu próprio, decepcionados com a precipitada e intempestiva atitude dos nossos camaradas de armas, permanecemos na reunião até ao momento em que a proposta foi finalmente aprovada pelos presentes.

Este incidente fez com que o major Costa Martins e eu próprio reforçássemos as nossas ligações à coordenadora Exército, de tal forma que fomos mais tarde encarregados pelo major Otelo de constituir, no âmbito do plano operacional por ele gizado, o Grupo de Comandos n.º 10, destinado a ocupar as instalações da emissora do Rádio Clube Português, para serem utilizadas com antena pública do posto de comando do movimento instalado na Pontinha.

Convém, nesta altura, realçar que, no dia 14 de Março seguinte, o Governo decidiu demitir os generais Spínola e Costa Gomes dos cargos de Vice-Chefe e de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e, por coincidência, ou talvez não, dois dias depois, em 16 de Março seguinte, uma coluna militar de cerca duzentos homens do Regimento de Infantaria n.º 5 das Caldas da Rainha, comandada pelo capitão Armando Marques Ramos, dirigiu-se para Lisboa com intenção declarada de fazer um golpe de Estado. Porém, a precipitada e mal preparada iniciativa falhou e os seus principais mentores foram presos pelas autoridades militares. Há várias versões sobre as motivações destes militares, mas este não é o momento para as analisar.

Desesperante silêncio

Logo que recebi a notícia da revolta, combinei um encontro com os membros da comissão coordenadora da Força Aérea disponíveis para decidirmos a melhor forma apoiar os militares detidos e evitar que os ânimos

esmorecessem. O encontro realizou-se no largo em frente do cinema Roma, em Lisboa, donde partiríamos para um local posto à minha disposição. Ali mesmo, no largo do cinema, vivemos momentos de grande tensão e emoção, que levaram à cautelosa dispersão do grupo sem que nada de concreto se tivesse adiantado.

Eu e o canhão do heli Alouette III nas OGMA

Após este episódio, seguiram-se dias de um desesperante silêncio. Foi então que um camarada do movimento da Força Aérea, capitão Nuno Santos Silva, me informou de que os oficiais do movimento do Regimento de Artilharia de Vendas Novas iam promover uma reunião secreta destinada a restabelecer os contactos e dinamizar as actividades conspiratórias do movimento. Na data apontada, que não consigo localizar com rigor, mas que foi certamente na semana de 25 de Março, à noite e à hora combinada, dirigi-me para o ponto de encontro previsto, numa bomba de gasolina perto da unidade.

Quando cheguei, deparei com outros carros estacionados e pequenos grupos de pessoas trajando à civil, que eu nunca antes tinha visto. Cauteloso e naturalmente apreensivo, dirigi-me a uma delas e logo percebi que estavam ali pelo mesmo motivo que eu. Depois de nos apresentarmos, quatro desses

indivíduos foram comigo de automóvel para o local da reunião, num velho armazém ou hangar de aparência antiquada. Já no interior, apenas vi uma cara conhecida. Como não havia meio de a reunião se iniciar, indaguei sobre os motivos do atraso. Disseram-me que estavam à espera que o representante dos pára-quedistas chegasse. Respondi-lhes que não valia a pena esperar, porque, tanto quanto supunha, ele certamente não viria. A reunião começou sem o ausente, confirmando-se o meu prognóstico.

Só mais tarde soube que estiveram presentes nessa reunião dois camaradas da Escola Prática de Infantaria de Mafra, os capitães Silvério e Frias Barata, importantes protagonistas do que viria a ser mais tarde a Operação Viragem Histórica.

Aos poucos, as ligações perdidas foram sendo recuperadas, ainda que de forma mais cautelosa e criteriosa. Ao nível da coordenadora da Força Aérea, o mencionado episódio de Cascais parecia ter sido ultrapassado, apesar de ter continuado a haver alguns desentendimentos pessoais difíceis de ultrapassar, sobretudo entre alguns pilotos-aviadores. O diálogo com as bases aéreas continuou a fazer-se essencialmente através dos pilotos da comissão coordenadora. Quanto aos pára-quedistas, mais reservados, apenas sabíamos que continuavam a alimentar internamente visões muito diferentes sobre o futuro do próprio movimento.

Prioridade ao documento programático

Entretanto, decidida que estava a imprescindibilidade de um golpe de Estado – a obtenção a curto prazo de uma ablução para o problema das instituições no quadro de uma democracia política a que se referia o documento de

Cascais – tornou-se prioritário preparar o documento programático do movimento que seria apresentado à Nação em caso de vitória.

Obviamente, o texto incluía alguns dos principais conceitos aprovados na reunião de Cascais sobre a guerra colonial. Foi para mim um privilégio participar nalgumas dessas reuniões, na última das quais os representantes da Força Aérea presentes, nos quais eu me incluía, acabaram por aprovar a versão definitiva do texto. Bem vistas as coisas, o grande objectivo do movimento – derrotar o regime fascista – sobrepôs-se às divergências que existiam entre alguns de nós.

Assim, na manhã do dia 21 de Abril de 1974, por sinal um domingo, encontrei-me com o major Pereira Pinto, que também pertencia à comissão coordenadora da Força Aérea, para irmos juntos a casa do major piloto-aviador Morais da Silva, entregar-lhe a ordem de operações a enviar às unidades que participariam no golpe, designadamente às da Força Aérea, que ele tinha sido encarregado de contactar. Quando chegámos, o major Morais e Silva acabara de tomar banho e recebeu-nos ainda de roupão. Sorridente e bem-disposto, revelou que nada tinha feito, porque os operacionais, isto é, pilotos-aviadores e para-quedistas, tinham já decidido que não alinhariam no golpe. Exaltei-me e, sem lhe entregar os documentos que levava comigo, saí imediatamente de sua casa acompanhado pelo major Pereira Pinto.

A partir desta altura, o Grupo de Comandos n.º 10, com o código "México", dedicou toda a nossa atenção à preparação da missão que lhe tinha sido atribuída e, finalmente, na madrugada de 25 de Abril de 1974, às 00h20, sentado ao volante do meu velho Rover, ouvi na Rádio Renascença, com incontida comoção e, ao mesmo tempo, com profunda alegria, a canção

"Grândola Vila Morena" a confirmar que chegara a hora de o movimento da esperança se metamorfosear em movimento libertador de povos inteiros!

FIM

RUMO À CIDADE SEM MUROS NEM AMEIAS

LUÍSA TIAGO DE OLIVEIRA*

Foto de Carlos Dias

Diz-me Aniceto Afonso que gostaria de um texto meu para *O Referencial*, revista da Associação 25 de Abril, sobre as razões do meu interesse e escolha do 25 de Abril para tema de investigação, a forma como o senti, o encarei e o explico, as surpresas encontradas, as mudanças que advieram na minha perspectiva, o modo pessoal de lidar com o tema. Vasto programa. No fundo, quer saber duas coisas: **como cheguei ao 25 de Abril** e **o que mudou em mim o 25 de Abril.**

Como cheguei ao 25 de Abril?

A resposta que me veio imediatamente ao pensamento foi esta: sempre lá estive. Mas não vale, esta resposta.

De facto, como professora universitária de História no ISCTE, tinha e tenho obrigação de cumprir certos passos na carreira. Comecei por estudar movimentos sociais e políticos da primeira metade do século XIX, a saber, a Maria da Fonte e a Patuleia – na altura, tinha de se fazer o Mestrado ou Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica (eu fiz estas últimas, centrando-me na Maria da Fonte – lá longe, havia um azulejo de uma fábrica de cerâmica de gente da Oposição com um desenho da Maria da Fonte, com os seguintes dizeres "Pela Santa Liberdade, batalhar até morrer", eu via-o nas férias, no Norte, intrigava-me). Depois, no percurso de docente universitária, seguia-se o doutoramento: pensei em estudar as resistências ao Estado Novo em Setúbal (no bairro da Fonte Nova, um amigo comunista tinha-me levado a um sobrinho do anarquista Jaime Rebelo e à mulher, que durante anos escreveram cadernos com páginas encimadas por perguntas do tipo "Como se formou o Cerco de Pesca *Libertário*?" ou "Como se formou a cooperativa *Nova Aurora*?", eram notas e notas sobre o universo piscatório e conserveiro da cidade, outrora conhecida como a Barcelona portuguesa, cruzava-se o anarquismo desaparecido com um comunismo possante, e urgia fazer alguma coisa daquelas notas e daquelas memórias; quando lá cheguei pela segunda vez, os cadernos tinham ido para o lixo, ninguém se interessava por eles, pensou o casal que os escreveu, suspirei fundo, mas pensei que algo tinha de ser feito, com o que soubemos e gravámos). Contudo, o meu doutoramento tratou de outra coisa.

Luísa, o que tens a fazer é procurar responder a Aniceto Afonso e não seguir o fio cronológico do teu percurso enquanto historiadora, trazendo à superfície da narrativa linear as associações que te ocorrem.

Perguntando, então, de novo,

Como cheguei ao 25 de Abril?

Grosso modo, de **duas maneiras** (através do **Serviço Cívico Estudantil** e do **MFA da Marinha**).

Estudante do Serviço Cívico Estudantil
e camponês na debulha e em gravações
Constantim – Miranda do Douro, Verão de 1975)
Colecção fotográfica de Alexandre Ramires)

Serviço Cívico Estudantil

Estava a iniciar o doutoramento, participava intensamente nas actividades do grupo de História do ISCTE e tinha um bébé pequeno. Ia frequentemente a Setúbal. Num dia, saí do Largo da Fonte Nova, com um pequeno dossier sobre Jaime Rebelo,

trazido de casa do seu sobrinho enquanto a mulher escrevia à máquina, em esperanto, para o seu círculo de afinidades. Fui ao Museu do Trabalho, então sito no Convento de Jesus, entregar os textos. Nesse dia tórrido, no fresco do claustro, vi a porta aberta de uma sala apinhada de alfaias que me pareciam de madeira, poeira e escuro, "O que é isto?", "Isso é dos putos do Cívico, é a colecção *fundadorra*, estamos a tentar *identificarr*, há chapas com *númerros*, mas não há *inventárrio*", respondeu-me outro amigo. Trabalhando eu no ISCTE, onde a Antropologia era uma área em afirmação, pensei que havia de encontrar quem me dissesse se com uma colecção daquelas se podia fazer um Museu. E assim cheguei à conversa com um colega, recém pai, com quem costumava falar sobre filhos pequenos. Era o Jorge Freitas Branco, que estudava coleções museológicas. Ofereceu-se para ir a Setúbal ver a colecção de objectos, acompanhando-o eu. Daí nasceu um projecto: o Jorge ocupava-se da cultura material; eu do contexto histórico - o do Serviço Cívico Estudantil, no qual tinha sido recolhido aquele conjunto de artefactos. Entretanto, tinha vindo a Portugal, Maurice Agulhon. Ouvindo-me falar, numa conversa casual, sobre episódios do Serviço Cívico Estudantil (a preparação da manifestação de apoio à Igreja, no caso da Radio Renascença, numa aldeia; os incêndios de Verão de 1975; as raparigas de alças que eram olhadas como nuas nas aldeias, etc.), disse-me: "Estude isso; isso lembra a ida ao povo do populismo russo, em 1874". Impressionei-me. Entretanto, ia trabalhar com o Jorge a Setúbal. A certa altura, com a abertura que a caracteriza, a minha colega Fátima Sá diz-me: "Fartas-te de trabalhar para o Museu do Trabalho de Setúbal. Transforma mas é o Serviço Cívico no teu tema de doutoramento". Assim fiz, começando a tese numa altura em que ainda não havia doutoramentos em História, em Portugal, sobre o 25 de Abril. Foram vários anos a

falar com muita gente, bastantes dos quais, cívicos como eu, para poder vir a estudar o nascimento, vida e morte daquela inovação e analisar os confrontos culturais entre estudantes e populações.

Estudantes do Serviço Cívico Estudantil e Giacometti no curso preparatório para as recolhas etnográficas (Lisboa, Verão de 1975)
Colecção fotográfica de Alexandre Ramires)

MFA da Marinha

Mais tarde, já doutorada, estava eu integrada num grande projecto colectivo para o centenário do IST [Instituto Superior Técnico], ocupando-me do activismo estudantil, quando o João Freire, também do ISCTE, me propõe um almoço. Que um camarada seu, da Marinha, tinha elementos importantes sobre os anos 1970 e que era relevante trabalhar sobre tais materiais. "*Fuge, peña, que te escacho*", pensei eu, "Vai-me sair algum caso de negociações secretas para tratar da guerra colonial no marcelismo, com muita diplomacia e potencial bélico, e eu não percebo nada disso. Do que eu percebo qualquer coisa é de movimentos sociais e lutas políticas, culturas e identidades". Embora custando-me, dado o imenso respeito que tinha e tenho pelo João, sociólogo, antigo oficial de Marinha que desertou, fui falando com ele, mas

não disse que sim. Acontecia que a investigação sobre os antigos estudantes do IST me dava muito que fazer. Mas o João Freire insistia e avançou um pouco mais. Que esse camarada pensava num projecto colectivo e que era um homem do MFA. Que eu fosse com ele, João Freire, ao Alentejo conhecer o seu camarada (agora já identificado, Carlos Almada Contreiras), e perceber o projecto. Fui. Nessa localidade alentejana, vi o mar (porque o João adivinhou que eu queria ir espreitá-lo e sugeriu que lá fossemos), vi uma casa-arca, que tinha sido um antigo armazém que servira de cinema e de sala de baile da aldeia, com muita documentação a caminho de ser doada ao Arquivo Histórico-Militar, vi uma grande rede de contactos e muita gente a ouvir. Marinheiros levemente cerimoniosos e muito solidários, viria depois a saber. Seguiram-se anos de entrevistas, transcrições colaborativas, pesquisas arquivísticas pontuais, com vista a fazer uma História Oral do 25 de Abril da Marinha.

Manifestação do 1.º de Maio de 1975 -Foto de Eduardo Gageiro

Luísa, Aniceto Afonso fez-te mais perguntas e não vais continuar a seguir o fio cronológico do teu percurso enquanto historiadora, trazendo à superfície da narrativa linear as associações que te ocorrem.

Segue então.

O que mudou em mim o 25 de Abril?

A resposta que me veio imediatamente ao pensamento foi esta: Tudo. Ou nada. Mas, mais uma vez, não valem estas respostas.

Luísa, não vais continuar com narrativas e associações livres. Tenta globalizar, tenta sintetizar.

Segue então.

Por um lado, o meu encontro com o 25 de Abril em termos de investigação (Serviço Cívico Estudantil e MFA da Marinha) levou-me a **aprofundar e a refazer gostos anteriores**. Um deles é o imenso interesse pelos movimentos sociais e políticos por um mundo melhor, tantas vezes desencadeados quando se pode, quando o momento surge, depois de décadas de lenta estruturação de uma cultura de resistência. Outro gosto de sempre é o de ouvir e falar e ouvir e falar, mesmo do que não se diz por palavras; e ver, ver o mais possível, tocar, usar o olfacto, intuir, aprender com a atenção dos animais e as imensas possibilidades da natureza.

Azulejo da fábrica de cerâmica Soares dos Reis (Vila Nova de Gaia), da família de Beatriz Cal Brandão
Foto de Lúcia Serralheiro

Por outro lado, o meu encontro de investigação com o 25 de Abril permitiu-me conhecer **coisas novas** e sobretudo **muita gente nova**. O que viveram e fizeram num tempo de **fraternização**, de um futuro entre a lonjura e a mão-de-semear, em que nós estávamos implicados, em que nós contávamos, e nós fazíamos (ou não) o que devia ser feito para conseguir esse tempo diferente, sem desigualdades gritantes, sem descriminações, de **fraternização**. Era a **esperança colectiva**. "Somos filhos da madrugada", assim começa uma canção. "Cidade sem muros nem ameias /gente igual por dentro /gente igual por fora", cantou mais uma vez José Afonso.

*** Historiadora, professora do ISCTE**